



IDEIAS

Reflexões sobre
Sustentabilidade

IDEIAS



Copyright © 2023, Tereza Romero (org.).

Copyright © 2023, Editora Milfontes.

Av. Eldes Scherrer Souza, 2162, Loja 205AB, Colina de Laranjeiras, Serra, ES, 29167-080

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

comercial@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.^ª. Dr.^ª. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (FDV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmara Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.^ª. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.^ª. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.^ª. Dr.^ª. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.^ª. Dr.^ª. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.^ª. Dr.^ª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.^ª. Dr.^ª. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (FDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.^ª. Dr.^ª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.^ª. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.^ª. Dr.^ª. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.^ª. Dr.^ª. Zaira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.^ª. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.^ª. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del País Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Miti-diero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.^ª. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Brito Pereira (UDF) • Prof.^ª. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Tereza Romero
(Organizadora)

IDEIAS

REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE



Editora Milfontes
Vitória, 2023

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

Roziméry Baptista Fontana Nascimento

Capa

Imagem da capa:

Montagem realizada exclusivamente para o projeto em questão

Autor:

não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual

Aspectos:

Maria Luiza Fontana Nascimento

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Organização do documento - Ideias

Priscilla Moraes Rizk

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I191 Ideias: reflexões sobre sustentabilidade/ Tereza Romero (organizadora).

Serra: Editora Milfontes, 2023.

110 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-5389-067-1

I. ESG 2. Sustentabilidade 3. Desenvolvimento I. Romero, Tereza
II. Título.

CDD 333.7

Sumário

Apresentação.....9

Prefácio 11

Parte I

Urgências

Saneamento também é uma questão de gênero 15

Luana Romero

As décadas de transformação perdidas nos lixões 19

Luana Romero

Carros elétricos são sustentáveis? 23

Janaina Rodrigues

Um clima favorável para todos 27

Tereza Romero

O impacto do lixo disposto de forma indevida 31

Tereza Romero

Parte II

Necessidade

Por que manter uma escuta ativa junto aos principais *stakeholders* deve fazer parte da jornada ESG das empresas?..... 37

Luana Romero

O desafio do engajamento de *stakeholders* 39

Maísa Porto

Mecanismos de queixas: uma questão de governança 43

Ayslan Magayver Dantas de Jesus

Como o “RH Turbinado” pode influenciar no desenvolvimento da empresa 47

Gabriela Barbosa

A escuta como capacidade organizacional - espero que isso não seja surpresa para você..... 49

Tássia Batista

Você está ligado? 53

Luana Romero

Parte III Tendências

Padrões que contribuem para o deslocamento das populações 59

Luana Romero

O impacto social nas concessões 63

Tereza Romero

Deu zebra nas startups 67

Giovanna de Medeiros Salotto

Certificados de energia renovável: uma contribuição para o Pacto Global 73

Vitor Romero

É “Hard” ser “Soft” 77

Iara Marcelino dos Santos

Inovação e criatividade no ambiente empresarial 81

Danielle Henriques

A Copa de um mundo diferente 85

Maísa Porto

A força do agronegócio brasileiro 89

Marcos Moulin Teixeira

Cadeia, sem valor	93
<i>Giovanna de Medeiros Salotto</i>	
PortuEnglish? Temos!.....	99
<i>Iara Marcelino dos Santos</i>	
Sobre os Autores.....	103

Apresentação

Esta coletânea reúne vivências da equipe sobre as temáticas relacionadas ao foco de atuação do Ideias. É a primeira iniciativa de reunir e compartilhar uma série de conteúdos que podem ajudar a muitas pessoas no desenvolvimento de estratégias de governança, sociedade e sustentabilidade.

As temáticas foram sugeridas pelos próprios colaboradores evidenciando desafios e soluções adotadas na prática, no dia a dia do trabalho. São artigos com diferentes abordagens agrupados em três segmentos:

Necessidades

Nesse grupo estão todas as reflexões que apontam para necessidades de uma determinada ação ou atividade. Incorporamos assim as reflexões acerca de governança relacionadas aos *stakeholders* e recursos humanos.

Tendências

Em tendências estão reunidos os textos que apontam para o futuro, com textos relacionados à cadeia de valor, ao agronegócio, à inovação e às *startups*.

Urgências

Nesse grupo estão temas que indicam senso de urgência. São reflexões acerca da universalização do saneamento básico, dos materiais perdidos nos lixões, do efeito das mudanças climáticas.

O esforço para compartilhar conteúdo motiva a instituição à reflexão do que faz e dos resultados que pode gerar, evoluindo quanto a sua abrangência e complexidade.

A produção dos colaboradores está relacionada ao nosso propósito, a nossa essência na busca de sermos melhores profissionais a cada dia, aperfeiçoando técnicas, refinando linguagem e conteúdo, e cumprindo a nossa missão.

Assim não precisamos ser os melhores profissionais *do* mundo, mas sim os melhores *para* o mundo! Esta é a nossa busca.

Organização do documento

Este documento foi organizado pela Diretora-Presidente do Instituto Ideias: Tereza Cristina Romero. Tereza tem dedicado a sua carreira profissional para o desenvolvimento de projetos e ações que visam a melhoria da vida da sociedade. Com 40 anos de experiência, dedicou parte da sua carreira ao serviço público, coordenando projetos de desenvolvimento local, sendo responsável pela fundação do Instituto Ideias, a primeira OSCIP certificada no estado do Espírito Santo. Com 21 anos de experiência, o Ideias possui a missão de ressignificar os impactos socioambientais de grandes empreendimentos transformando-os em oportunidades para muitas pessoas.

Prefácio

Grandes foram os desafios trilhados pela equipe do Ideias no sentido de disseminar a cultura construída ao longo de tantos anos em nossa Instituição. Mas estes desafios se tornam pequenos perante os resultados que apontam para o crescimento individual de cada colaborador.

A abordagem está focada no conceito atual de sustentabilidade e na difusão das boas práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*), sigla que se tornou tão importante no mundo corporativo.

A nossa trajetória é pautada em valores como a ética, a disciplina, o comprometimento social, e ainda, no ambiente de trabalho, temos o compromisso com a diversidade etária, diversidade de oportunidades justas e igualitárias para todos, diversidade de gênero, treinamento constante, melhoria contínua nos processos de trabalho e comunicação eficiente.

Nós, equipe do IDEIAS, somos comprometidos ainda com os valores de sustentabilidade ambiental, de justiça social e das boas práticas corporativas. Estamos construindo as bases para disseminar essa consciência fortalecendo nossos valores para contribuir para um mundo melhor, mais justo e equilibrado. Acreditamos que nós podemos gerar transformações!

A iniciativa de extrair o melhor de nossos profissionais com a produção dos artigos tem o propósito de sermos melhores com contribuições para um mundo mais sustentável.

Somente nos desafiando, poderemos crescer e ver o mundo com os olhos da confiança, da lealdade, da compreensão, da benevolência.

Espero que todos aproveitem as próximas páginas. Elas foram escritas com amor e criatividade sobre as vivências do dia a dia.

Tereza Romero
Diretora-Presidente do Ideias



Parte I

URGÊNCIAS

Saneamento também é uma questão de gênero

por Luana Romero

Hoje, 15 de julho de 2022, o Brasil comemora 02 anos do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº14.026/2020), que contribui com uma base legal para incentivar os investimentos no setor e aumentar a oferta de serviços à população, tendo consequência direta alcançar os índices satisfatórios de desenvolvimento que o país tanto almeja e que passa pela universalização do acesso ao saneamento básico.

Embora um recente estudo publicado no dia 13/07/2022 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pela revista *The Economist* aponta que o Brasil tem o melhor ambiente para as parcerias público-privadas na América Latina, os avanços nas metas propostas têm se mostrado aquém das expectativas, considerando que atualmente quase 35 milhões de pessoas não tem acesso à água tratada e 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto, segundo o Instituto Trata Brasil com base no SNIS 2020.

Desta forma, os impactos negativos pela ausência do saneamento acentuam a desigualdade de gênero, que está presente em todas as fases da vida da mulher. É necessário observar que

uma em cada quatro mulheres não possuem acesso a água tratada ou não é abastecida com regularidade. O estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil em parceria com a BRK Ambiental e publicado em maio de 2022 também demonstrou que 38,2% de brasileiras residem em casa sem coleta de esgoto e 2,5 milhões não possuem banheiro em suas residências. Ao fixarmos o olhar para as regiões Norte e Nordeste a problemática se torna mais latente, visto que uma em cada duas mulheres não recebe água tratada.

Embora o acesso à água e esgoto tratado seja considerado um direito humano reconhecido há várias décadas pelas Nações Unidas, apenas em 2016 iniciou-se um debate global da relação direta da ausência destes serviços com a igualdade de gênero. Segundo a ONU (2016), as mulheres desempenham trabalhos não remunerados (domésticos e de cuidados) três vezes mais do que os homens e quando os membros da família adoecem, estão mais propensas a deixar de desempenhar suas atividades laborais. Ainda assim, como resultado do precário saneamento e do papel que desempenham por questões associadas a costumes e estereótipos, estas possuem um maior contato físico com água contaminada e dejetos humanos, o que eleva as ocorrências de doenças por veiculação hídrica, incluindo infecções gastrointestinais e até doenças respiratórias.

Assim, o saneamento básico inadequado afeta de forma mais intensa a vida das mulheres, além de questões práticas com o cuidado pessoal, que também tem como base o conceito de pobreza menstrual, definida como a falta de condições materiais e sanitárias para a realização da higiene pessoal durante o período menstrual, o que também acentua as doenças ginecológicas. Além dos aspectos ligados à saúde, os fatores citados afetam a produtividade das mulheres em suas atividades econômicas e educacionais, proporcionando atrasos escolares, diminuição na renda e ausência nas atividades laborais.

Por fim, o estudo conclui que a universalização do saneamento no Brasil tiraria 18,4 milhões de brasileiras da pobreza, o que representa diminuir 84% do público feminino que atualmente vive

nesta situação, e injetaria R\$13,5 bilhões na economia graças ao acesso à água e esgoto tratado. Logo, é necessário evidenciar que o acesso ao saneamento básico, além de uma questão latente para o desenvolvimento humano e econômico, é um item relevante para a diminuição da desigualdade de gênero.

Fontes e referências

TRATA BRASIL. *Marco legal do Saneamento*. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Marco_Legal_do_Saneamento/RELATORIO_COMPLETO_-_Novo_Marco_-_2022.pdf

CNN BRASIL. Brasil tem o melhor ambiente para parcerias público-privadas na América Latina. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brasil-tem-o-melhor-ambiente-para-parcerias-publico-privadas-na-america-latina/>.

TRATA BRASIL. Saneamento e a vida da mulher brasileira. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/images/estudos/Saneamento_e_a_vida_da_mulher_brasileira_/Relat%C3%B3rio_Completo_-_2022.pdf

As décadas de transformação perdidas nos lixões

por Luana Romero

Mesmo com legislações e resoluções instituídas há décadas, a disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, impacta diretamente, mais de 36% da população brasileira. Esta situação impõe à nação cifras bilionárias em custos para tratamentos de saúde e mitigação da contaminação ambiental. Soma-se a isso danos à biodiversidade, emissões de metano, a contaminação dos corpos hídricos e a condições insalubres e indignas imposta aos catadores nos lixões do país.

Segundo o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2021, publicado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE, a cobertura de coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU) alcançou índices superiores à 92%, ou seja, de cada 100kg de materiais dispostos para a coleta ou serviço de limpeza pública, mais de 92kg foram recolhidos e direcionados para o descarte. Embora não se destaque como um dado alarmante, vale reforçar que ainda no século XIX o hemisfério norte universalizou o serviço de coleta de RSU e o Brasil em pelo século XXI ainda caminha nesta direção.

Fato é que, após 21 anos de discussão no Congresso Nacional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) instituiu o fim da destinação de resíduos em lixões até 2014, meta esta que claramente não foi alcançada, sendo então o prazo final prorrogado para 2024 por meio do Novo Marco do Saneamento (Lei no 14.026/2020).

Para demonstrar o tamanho do desafio que o país ainda deve enfrentar, até 2020, aproximadamente 40% dos RSU coletados foram dispostos inadequadamente em lixões a céu aberto ou em aterros controlados, que não cumprem com as normas de proteção do solo, do ar e o tratamento dos subprodutos para serem considerados um descarte correto. Isso se dá principalmente pelo fato de 51% dos municípios ainda não possuírem um local adequado para a disposição. Em comparação com as nações mais desenvolvidas, as destinações adequadas foram aplicadas ainda na década de 70, estando o Brasil 50 anos defasado nesta solução.

Em um momento que as lideranças globais discutem metas de descarbonização, mercado de carbono e miram suas ações para frear o aquecimento global e a emissão de gases do efeito estufa (GEE), o Brasil ainda precisa terminar a sua lição de casa. Pode parecer simples para os amigos do norte, mas em território nacional não é. A geração de resíduos corresponde, atualmente, por 4% do total das emissões de GEE no país e medidas corretas de redução na geração de resíduos, destinação adequada, reciclagem e a recuperação de energia podem contribuir com a redução de até 20% das emissões globais de GEE.

O mais impactante é que em 2022 a destinação inadequada dos resíduos no Brasil não causa apenas danos ou riscos à saúde pública e ao meio ambiente, mas a presença de lixões acarreta em um importante problema social. Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 800 mil pessoas atuam como agentes ambientais, ou mais popularmente conhecido como catadores de materiais reaproveitáveis. Parte destes exercem suas atividades nos mais de 3 mil lixões ainda ativos, trabalhando de forma deletéria e desumana e, até mesmo, estabelecendo residências nestes locais.

Segundo a legislação vigente, apenas os materiais que não puderam ser aproveitados ou reciclados devem ser aterrados adequadamente, o que corresponde à apenas 14% do total da massa de RSU, segundo a ABRELPE. Desta forma, considerando o potencial de renda que pode ser gerado para as tantas famílias que vivem da reciclagem, há uma gigantesca fragilidade nas iniciativas de coleta seletiva presente atualmente nos 4.145 municípios brasileiros. A taxa de recuperação dos materiais reaproveitáveis que teria um potencial de até 86%, representa, nos dias atuais, algo em torno de 4%, segundo o Anuário da Reciclagem 2021. Logo, parte deste nobre capital ambiental, econômico e social está literalmente sendo enterrado junto com toda a transformação tão almejada.

A década 2020-2030 é considerada pelas Nações Unidas como a “década da ação”, em que precisamos não apenas refletir, mas agir sobre nossas fragilidades. Com relação à gestão de resíduos, o custo da mitigação dos múltiplos e correlacionados impactos pode ser cinco vezes superior do que é necessário investir em uma solução adequada. Assim, mais do que resíduos, o que atualmente vai para a destinação inadequada são os nossos recursos naturais, a saúde da nossa população e o futuro da das próximas gerações.

Fontes e referências

ABRELPE, 2021, *panorama dos resíduos sólidos no Brasil*, Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama-2021/>>. Acesso em: 26/08/2022.

PRAGMA. *Anuário da Reciclagem 2021*. Disponível em: <[https://uploads-ssl.webflow.com/605512e6bb034aa16bac5b64/61c0df8ef4e32e41f3ef9943_Anua%CC%81rio%20da%20Reciclagem%202021%20\(1\).pdf](https://uploads-ssl.webflow.com/605512e6bb034aa16bac5b64/61c0df8ef4e32e41f3ef9943_Anua%CC%81rio%20da%20Reciclagem%202021%20(1).pdf)>. Acesso em 26/08/2022.

RECICLA SAMPA. *Cerca de 800 mil pessoas vivem da reciclagem no Brasil*. Disponível em: <https://www.reciclasampa.com.br/artigo/cerca-de-800-mil-pessoas-vivem-da-reciclagem-no-brasil>.

PORTAL G1. *Brasil terá estratégia para tratamento de lixo após 12 anos de espera*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/14/brasil-tera-estrategia-para-tratamento-de-lixo-apos-12-anos-de-espera.ghtml>

Carros elétricos são sustentáveis?

por Janaína Rodrigues

A demanda por carros elétricos tem aumentado cada vez mais no Brasil. Isso em decorrência principalmente pela busca dos consumidores por alternativas de mobilidade sustentáveis.

Então esta é a escolha perfeita: carros sustentáveis! Mas será que são mesmo? Convido você leitor a fazer uma reflexão comigo.

Os carros elétricos são opções de veículos menos poluentes que os movidos por combustíveis fósseis, como a gasolina e o diesel, reduzindo o impacto na qualidade do ar e nas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Quando pensamos em sustentabilidade ambiental o que nos vem à mente?

De acordo com Ignacy Sachs,

a sustentabilidade ambiental pode ser alcançada por meio da intensificação do uso dos recursos potenciais para propósitos socialmente válidos; da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-se por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição; e intensificação da pesquisa de tecnologias limpas.

Segundo estudo publicado pela revista científica *Nature Sustainability* em 2020, os carros elétricos emitem menos gases poluentes na maior parte do mundo, mesmo em que a matriz energética ainda não é tão limpa e renovável ainda.

No caso do Brasil, que possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, principalmente pela geração hidrelétrica, os carros elétricos se mostram uma boa alternativa.

Levando em consideração a afirmação de Sachs e o estudo da *Nature Sustainability*, do ponto de vista do uso de combustíveis provenientes de fontes renováveis e menos poluentes, podemos considerar os carros elétricos uma alternativa sustentável. Entretanto nos deparamos com um problema: qual destino dar para as baterias usadas?

Ao final de sua vida útil, que gira em torno de 15 anos, as baterias dos carros elétricos têm se tornado um desafio para a sustentabilidade ambiental deste. Isso se deve ao fato das baterias serem compostas por íons de lítio, material, atualmente, difícil de ser recuperado e com processo complexo de reciclagem.

Segundo artigo publicado pelo portal de tecnologia *The Verge*, se as baterias acabarem em aterros sanitários, correm o risco de passar por um processo denominado fuga térmica, uma reação química que pode fazer que ela aqueça a ponto de queimar ou explodir, provocando sérios impactos ambientais como contaminação do solo e água, o que seria uma razão para se evitar este tipo de descarte.

Ainda segundo o *The Verge*, para a reciclagem das baterias na escala que o crescente mercado de veículos elétricos exige, a indústria precisará resolver alguns desafios importantes. As peças fabricadas atualmente não são projetadas para desmontagem fácil nem padronizadas, o que torna difícil aplicar a desmontagem robótica. Desta forma, deverão ser buscadas soluções inteligentes e tecnologia, como mudanças em seu *design*, que facilitem a extração deste material de maneira segura.

Os carros elétricos assim como qualquer outra forma de mobilidade, não possuem impacto zero sobre o meio ambiente e desta forma, não podem ser considerados totalmente sustentáveis. É claro que comparado aos veículos movidos à combustão, é uma alternativa bem menos poluente. Como qualquer processo de desenvolvimento, carece de estudos, novas tecnologias e melhorias para que se torne efetivamente sustentável em todo seu ciclo de vida.

Enquanto estas novas melhorias não acontecem, fica a sugestão: por que não adotarmos meios de transporte ainda mais sustentáveis para os nossos pequenos deslocamentos, como bicicletas, por exemplo? As caminhadas também podem ser consideradas. Assim contribuímos para tornar o meio ambiente ainda mais sustentável e saudável.

Fonte e referências

EQUIPE eCYCLE. *Sustentabilidade ambiental: definição e princípios*. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/sustentabilidade-ambiental/>

BATISTA, Everton Lopes. Carros elétricos vão resolver os problemas ambientais? *Portal Temundo*. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/ciencia/231984-carros-eletricos-nao-resolver-problemas-ambientais-sozinhos.htm>

ESTADÃO SUMMIT. O que fazer com as baterias dos carros elétricos? *Portal Estadão*. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/sustentabilidade/o-que-fazer-com-as-baterias-dos-carros-eletricos/>

KNOBLOCH, Florian [et. al.]. Reduções líquidas de emissões de carros elétricos e bombas de calor em 59 regiões do mundo ao longo do tempo. *Nature Sustainability*. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41893-020-0488-7%20>

Como as baterias dos carros elétricos vão impactar o mundo? *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q2PwwRsnKLo>

Um clima favorável para todos

por Tereza Romero

Durante a COP 26, ocorrida em outubro de 2021 em Glasgow na Escócia, chamou a atenção um debate em que o presidente da Conferência, Alok Sharma, afirma, que o impacto das mudanças climáticas afeta de forma desproporcional as mulheres “uma vez que elas correspondem a 80% dos deslocados por desastres e mudanças climáticas em todo o mundo”. A COP – Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática da (UNFCCC), é um tratado internacional que tem como principal objetivo a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa (GEE) e foi resultante dos acordos efetivados durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro. A primeira COP ocorreu em 1995 na cidade de Berlim e tem acontecido anualmente, sendo neste ano de 2022 a sua 27ª edição.

Mas foi durante a COP 26 que pudemos conhecer melhor os impactos das mudanças climáticas sobre as mulheres e de que forma elas podem contribuir na mitigação e adaptação destes impactos.

As mulheres de comunidades pobres estão entre os grupos mais vulneráveis, e conseqüentemente, são mais afetadas pelos

desastres e impactos ambientais. Segundo o relatório divulgado durante a COP 26 pela *Women in Finance Climate Action Group* “os impactos das mudanças climáticas muitas vezes intensificam as desigualdades, vulnerabilidades, pobreza e relações de poder desiguais existentes entre homens e mulheres. Como as mulheres constituem a maior parte dos pobres do mundo e já são estruturalmente marginalizadas, elas correm o risco de serem ainda mais marginalizadas pelos efeitos das mudanças climáticas; reforçando e ampliando a disparidade entre homens e mulheres”.

Dados do Observatório de Igualdade de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) apontam que “em 2019, para cada 100 homens vivendo em lares pobres da região da América Latina, havia 112,7 mulheres nesta mesma situação. Isso evidencia a falta de autonomia econômica das mulheres que, na ausência de demais rendimentos aportados por outros membros da família, são mais propensas a situação de pobreza; o que se aprofunda em lares com maior presença de crianças”.

Não é só o fato da pobreza, mas também as atividades que culturalmente são exercidas pelas mulheres em suas famílias nas regiões menos desenvolvidas. São elas as responsáveis pela interação com os recursos naturais do seu entorno, ao realizarem tarefas como o abastecimento das casas com água potável, lavagem de roupas em córregos e rios, coleta de frutos e lenha, e outras atividades. Se o ecossistema estiver susceptível às mudanças climáticas, isso ameaçará sua segurança e seus meios de subsistência. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras agências da ONU, elas são as primeiras a sentir os efeitos da mudança climática ao percorrer distâncias cada vez maiores para encontrar o que necessitam para alimentar suas famílias.

Logo, o que podemos esperar da COP 27 que deverá acontecer em novembro de 2022? Sabemos que o financiamento para as remediações dos efeitos ocasionados pelos gases de efeito estufa e que já provocaram mudanças no clima estará na pauta principal. E, não só, na pauta estarão ainda a criação de

estratégias para a adaptação de regiões já mapeadas que deverão sentir as consequências em um curto espaço de tempo, e como a colaboração de todos, governos, setores produtivos e sociedade, irá propiciar o avanço na busca do equilíbrio do clima no planeta.

E como as mulheres podem ter um papel ativo nesta agenda? O relatório da *Women in Finance Climate Action Group*, propõe algumas medidas, tais como: melhorar a representação equilibrada de gênero nas principais funções de tomada de decisão sobre financiamento climático; integrar gênero na política climática pública e privada; introduzir medidas específicas para melhorar o equilíbrio de gênero no acesso aos financiamentos; apoiar a participação e liderança igualitária das mulheres nas negociações climáticas da ONU, entre outras.

Segundo Tanya Steele, CEO do *World Wide Fund for Nature (WWF) Reino Unido* “é imperativo que, ao nos unirmos para tomar medidas para lidar com as mudanças climáticas, todos apoiemos uma abordagem responsável pelo gênero na gestão e alocação de financiamento climático, para garantir que atinja os mais vulneráveis e utilize a amplitude de experiência que as mulheres têm a oferecer”.

O protagonismo feminino nesta temática já se constitui em realidade, mulheres em todo o mundo estão colaborando na entrega de iniciativas que trazem melhorias transformadoras para as pessoas, para as suas comunidades e para todo o planeta, mas é preciso ter voz e fazer muito eco.

Toda a humanidade sofrerá com as mudanças climáticas, principalmente os mais pobres e marginalizados, incluindo as mulheres, e o mundo tem pressa nas medidas para amenizar e frear estes impactos. Os compromissos precisam avançar e os acordos serem mais inclusivos, alcançando principalmente àqueles em que os impactos das mudanças do clima já se constituem em uma trágica realidade.

Que a cúpula da COP 27 reforce a nossa fé e a esperança em um futuro sustentável para todos os povos.

O impacto do lixo disposto de forma indevida

por Tereza Romero

Após dias de intensas chuvas nos deparamos com a absurda quantidade de lixo que foram carreados pelas águas nos córregos e rios do nosso estado. Todo este lixo é proveniente da disposição inadequada pela população nas vias, praças públicas ou simplesmente são dispostos em terrenos baldios que configuram os “pontos viciados de lixo”.

A consequência é o que pudemos assistir por meio de apelos de governantes na tentativa de sensibilizar a população. Bueiros entupidos, alagamentos de bairros e corpos hídricos abarrotados de plásticos, e outros resíduos que deveriam ter sido dispostos de forma correta.

O Brasil tem uma Política Nacional de Resíduos Sólidos desde 2010, a *LEI Nº 12.305*, e o estado tem a sua *Política Estadual instituída na Lei nº 9.264 em 2009*. Além disso o estado conta com o seu Plano Estadual de Resíduos Sólidos aprovado por meio da *RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 004*, de 16 de julho de 2019.

O Plano abrange todo o território capixaba para um horizonte de 20 (vinte) anos, e foi fruto de um trabalho de forma participativa que incluiu nas discussões todos os agentes e setores envolvidos na gestão e gerenciamento de resíduos no estado.

As Prefeituras da Grande Vitória mantêm programas de coleta seletiva por meio de sistema de Postos de Entrega Voluntária ou de coleta seletiva Porta a Porta, e ainda programas de conscientização e de educação ambiental para a população. Então não tem desculpas para o que presenciamos nas das redes e mídias sociais.

Precisamos avançar cada vez mais nesta temática e envolver a sociedade nas soluções, entendendo a dimensão das consequências que esta falta de gestão adequada por parte da população pode ter. O lixo nos oceanos é fruto desta má gestão. Segundo a Marinha do Brasil “Estima-se que 80% do lixo marinho tenha origem em terra, chegando aos oceanos por meio dos cursos d’água”, ou seja, somente 20% do lixo, atualmente, nos oceanos provêm de atividade marítima.

Um estudo global publicado na revista científica *Nature Sustainability* revelou que 80% do lixo encontrado nos oceanos é composto por plástico, sobretudo sacolas e garrafas. Em seguida vem metal, vidro, roupas e outros artigos têxteis, borracha, papel e madeira processada. A maior proporção de plástico encontra-se nas águas superficiais (95%), seguida das costas (83%), enquanto os leitos dos rios apresentam a menor percentagem (49%).

Segundo dados divulgados pelo Projeto Tamar

estima-se que em torno de 6.4 milhões de toneladas de lixo marinho são descartadas nos oceanos e mares a cada ano. Mais de 13.000 pedaços de lixo plástico estão, atualmente, flutuando em cada quilômetro quadrado de oceano.

As consequências dramáticas são que muitos animais marinhos ingerem estes resíduos confundindo-os com alimentos. Ainda segundo dados do Tamar, aparelhos digestivos de animais recheados de plásticos têm menor capacidade de assimilação de nutrientes oriundos de alimentos verdadeiros. Isso reduz a probabilidade de sobreviverem e pode, a longo prazo, causar o colapso de determinadas populações. Tartarugas marinhas, focas,

leões marinhos, golfinhos, peixes-boi, aves marinhas e peixes são algumas das inúmeras vítimas.

Ademais precisamos pensar que todo este material reciclável constitui uma fonte de renda para inúmeras pessoas que sobrevivem da separação e venda destes materiais fazendo parte de toda uma economia circular.

De acordo com a ONU e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 15 milhões de pessoas trabalham com a coleta, a triagem e a reciclagem de resíduos gerados pelas cidades no mundo todo. No Brasil, segundo levantamento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), são cerca de 800 mil em atividade.

Portanto convido vocês a fazerem parte desta importante ação de destinação correta dos resíduos sólidos, vamos procurar lixeiras, coletores, fazer a separação nas nossas casas e dispor nosso material inservível de forma que ele retorne ao círculo produtivo, gerando fonte de renda para muitos, e ainda cuidando do nosso ambiente, dos nossos rios, nossas praias, nossos oceanos e da nossa fauna.



Parte II

NECESSIDADE

Por que manter uma escuta ativa junto aos principais *stakeholders* deve fazer parte da jornada ESG das empresas?

por Luana Romero

O termo “capitalismo de *stakeholders*”, também conhecido como “capitalismo de partes interessadas”, foi atribuído ao engenheiro e economista alemão Klaus Schwab, fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial. Desde 1971 defende a tese de que as corporações devem servir não apenas aos acionistas, mas as suas principais partes interessadas (*stakeholders*) para alcançar a prosperidade e o crescimento à longo prazo.

Em grandes debates globais há uma consciência coletiva de que as instituições que possuem os seus objetivos alinhados com os da sociedade, como aqueles adequados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, são capazes de criar “valores compartilhados” gerando resultados positivos para o negócio, para a sociedade e para o planeta. Assim, os grandes líderes possuem compromissos que vão além das suas obrigações ou compromissos legais, logo uma escuta ativa nos leva a reconhecer diversos temas materiais para os *stakeholders*.

Compreendendo que adequar a atuação das empresas para as boas práticas de ESG é uma jornada, ou um complexo processo, em que diferentes companhias estão em diferentes estágios, um item fundamental é o diálogo por meio de uma escuta ativa, sendo o mapeamento dos tópicos materiais uma combinação de fatores externos e internos às instituições.

A escuta ativa pressupõe criar canais e mecanismos de interação com os diversos *stakeholders*, sejam eles clientes, fornecedores, colaboradores, comunidades, acionistas, financiadores, dentre outros. Muitas metodologias e técnicas podem ser utilizadas, desde as mais convencionais como pesquisas qualitativas e quantitativas, serviços de atendimento ao cliente, ouvidoria, etc. ou por meio de ações mais proativas e participativas como consulta às partes interessadas, diálogos abertos e diagnósticos interativos.

Um fator primordial para a manutenção de uma escuta ativa é a transparência e o princípio da devolutiva. Demonstrar previamente os objetivos, os meios e as informações relevantes que resultam naquele espaço democrático de diálogo torna o processo mais qualificado. Com isso, destaca-se a relevância de manter uma via de mão dupla para esta comunicação, tornando-se indispensável uma devolutiva às partes interessadas dos principais pontos levantados.

Assim, poderá ser estabelecida uma matriz de materialidade que prioriza e representa os temas mais importantes na Jornada ESG que a instituição pretende alcançar, em que as expectativas sociais mais amplas são conhecidas, comunicadas e atendidas.

Uma escuta ativa que se transforma em uma matriz de materialidade contribui com as instituições nos seus desafios de aderir às melhores práticas ambientais, sociais e de governança, visto que se torna um fator de direcionamento estratégico para a atuação das corporações, indo além, e norteando inúmeras tomadas de decisões, não sendo apenas um item essencial nos seus relatórios, mas sim uma prestação de contas transparente e responsável para os *stakeholders*.

O desafio do engajamento de *stakeholders*

por Máisa Porto

Cada vez mais inserida nos processos decisórios dos grandes empreendimentos, a realização de consultas públicas com *stakeholders* vai além do simples cumprimento de obrigações legais. Nos dias atuais todas as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) possuem orientações e normas sobre como incorporar a consulta às partes interessadas aos projetos, e programas que apoiam. Em algumas, como é o caso do Banco Mundial e do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), suas normas autônomas são obrigatórias para seus signatários.

Se é obrigação, precisamos fazer bem feito! Uma consulta pública precisa ser participativa, além de garantir que os *stakeholders* tenham voz e espaço para compartilharem suas preocupações e posicionamentos. Mas isso não é mais novidade, muito menos suficiente para que gere engajamento.

Tornar o engajamento das partes interessadas verdadeiramente significativo, exige que as empresas assumam compromissos sociais, com o meio ambiente e de governança muito mais relevantes.

A publicação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do ano de 2017, intitulada “*Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais*” de Reidar Kvam, traz 10 aspectos e elementos que devem ser incorporados na preparação dos projetos.

Vejam que preparação está evidenciado, de propósito. Está aí, talvez, o grande diferencial dos processos que engajam significativamente as partes interessadas. O processo de consulta precisa ter início antes que todas as decisões já estejam sacramentadas. Deve haver a possibilidade de um certo grau de modificação do planejamento ou da implementação do projeto de acordo com as contribuições dos *stakeholders*.

Neste sentido, é preciso que todos estejam na mesma página, preparados e munidos de informações prévias, claras e objetivas sobre os temas que serão tratados durante as consultas públicas. Se não, sua consulta será meramente informativa e palco apenas para demonstrações contrárias ou favoráveis.

Voltando aos 10 elementos, o autor apresenta reflexões sobre os seguintes temas:

- i) Identificação de questões prioritárias;
- ii) Plano de análise e consulta às partes interessadas;
- iii) Informações prévias;
- iv) Fóruns e métodos apropriados para o processo de consulta;
- v) Mecanismos de reparação de queixas;
- vi) Decisões de planejamento e implementação considerando a perspectiva das partes interessadas;
- vii) *Feedback* para as partes interessadas e transparência no processo decisório;
- viii) Dados de referência, planos de ação e sistemas de gestão;
- ix) Documentação e divulgação pública; e

x) Consulta permanente as partes interessadas durante a implementação.

De fato, é um espectro extremamente amplo com muitas temáticas relevantes, mas que precisa ser minuciosamente planejada, fazendo com que o processo de consulta se torne inerente às operações dos grandes empreendimentos.

Os conceitos de transparência e inclusão devem estar aculturados dentro das organizações e considerar que as contribuições dos *stakeholders* devem ser inseridas nas tomadas de decisão. E, ainda que as partes interessadas percebam e recebam *feedbacks* adequados sobre suas reais contribuições.

Mecanismos de queixas: uma questão de governança

por Ayslan Magayver Dantas de Jesus

No que tange a governança corporativa, o mercado financeiro e a sociedade civil vêm constantemente exigindo posicionamentos éticos, transparentes e responsáveis das empresas. Uma das ferramentas que contribuem para demonstrar aos *stakeholders* este posicionamento é a adoção de mecanismos de queixas que atuem no combate à corrupção, discriminação, assédios e reclamações na esfera empresarial.

Para um bom funcionamento e efetividade na implementação destes mecanismos, faz-se necessária uma ampla divulgação destes canais, que podem ser: telefone, e-mail, aplicativos de mensagens (*WhatsApp*), ouvidoria ou virtual via *website*.

Para se ter noção da importância deste tipo de mecanismo, relevantes organismos internacionais como a ONU, por meio dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, abordam a temática elencando critérios para sua implementação, como:

i) Legítimo: despertar a confiança dos grupos de partes interessadas que fazem uso dos mecanismos e ser responsável por uma conduta justa;

ii) **Acessível:** os mecanismos devem ser conhecidos por todos os grupos de partes interessadas que fazem uso deles, bem como fornecer assistência adequada àqueles que possam enfrentar barreiras específicas de acesso;

iii) **Previsível:** fornecer um procedimento claro e conhecido com um prazo indicativo para cada etapa, além de clareza sobre os tipos de processo, resultados disponíveis e os meios de monitorar a implementação;

iv) **Equitativo:** buscar garantir que as partes prejudicadas tenham acesso razoável a fontes de informação, aconselhamento e conhecimento especializado para se envolver em condições justas, informadas e respeitadas;

v) **Transparente:** manter as partes que fizeram a queixa informadas sobre o progresso e fornecer informações suficientes sobre o desempenho do mecanismo para gerar confiança em sua eficácia.

Diante de diversos critérios que devem ser adotados na implementação de um mecanismo de queixas, nasce a problemática de como gerir tantas informações garantindo a integridade, rastreabilidade, segurança e a transparência dos registros de queixas efetivados, visando dar as devidas devolutivas aos seus manifestantes, bem como apoiar a empresa no processo de investigação até a tomada de decisão adequada para tratar os manifestos.

Uma boa estratégia para gerenciar e solucionar esta problemática deve passar pela implementação de ferramentas tecnológicas e *softwares* de gestão de queixas, os quais possibilitarão avanços organizacionais como a categorização dos registros de acordo com as temáticas, ordená-los de acordo com o grau de prioridade, gerenciamento dos prazos para efetivação da devolutiva, direcionar a demanda para os setores responsáveis, bem como acompanhar as tratativas e as métricas de desempenho destas respostas.

O fato é que a implementação de um sistema de gestão de queixas traz inúmeros benefícios para o processo, garantindo que a empresa tenha gestão sobre os registros, anonimização do manifestante (quando cabível), a não retaliação, fidelidade ao manifesto, transparência e a integridade do processo.

Possibilita ainda uma gestão imparcial e estratégica, sendo uma ferramenta indispensável para grupos empresariais que buscam uma governança corporativa e possuem visão de longo prazo, pois valoriza seus *stakeholders* e reafirma seu compromisso com a responsabilidade social empresarial.

Como o “RH Turbinado” pode influenciar no desenvolvimento da empresa

por Gabriela Barbosa

Já notou que o setor de Recursos Humanos vem ganhando novos nomes? É muito comum agora sermos direcionados para o setor de gente e gestão ou de gestão de pessoas. O RH agora está turbinado na sua versão 4.0. Mas afinal, alguma coisa mudou além do nome?

Para entender melhor vamos fazer uma comparação: normalmente, o cenário que vemos no RH tradicional é de um grupo de profissionais focados em funções burocráticas, como a gestão da folha de pagamento e o registro de dados dos funcionários. Muitos colaboradores só procuravam este setor em duas situações: na admissão e na demissão. Ou seja, anteriormente, o RH era conhecido apenas como parte da empresa responsável por realizar assinaturas e baixas nas carteiras de trabalho.

Por outro lado, o RH 4.0 permite a expansão das “fronteiras” deste departamento. Pois, além dos serviços citados, o novo RH carrega consigo novas preocupações que vão muito além de

recrutar, contratar, treinar, fazer avaliação de desempenho, dar *feedback* e demitir.

O RH 4.0 tem contribuído diretamente para os resultados da empresa no que diz respeito a:

i) Atrair e manter profissionais de alto desempenho alinhados com o propósito da empresa;

ii) Melhorar o clima organizacional e garantir que a cultura esteja presente na forma como a empresa conduz seus processos internos e externos;

iii) Estimular a cultura de aprendizagem, da inclusão, da diversidade e da inovação;

iv) Comunicar suas boas práticas na gestão de pessoas, práticas de governança e cuidados com os impactos gerados sobre o meio ambiente;

v) Construir programas de desenvolvimento de pessoas para além do profissional, garantindo o bem-estar físico e mental de seus colaboradores;

Precisamos conhecer sobre gente e todos os aspectos que envolvam e garantam seu engajamento verdadeiro.

O mercado vem crescendo a cada dia, novas carreiras surgem e fica cada vez mais difícil encontrar profissionais qualificados. Por outro lado, a “geração Z” traz consigo novas exigências, profissionais cada vez mais especializados, sem fronteiras, mas que se engajam a partir do compartilhamento de crenças.

Por este motivo é extremamente importante que o novo RH esteja atento às mudanças de paradigmas e desenvolva estratégias para atrair e reter talentos alinhados aos objetivos das empresas.

O RH 4.0 vem para fortalecer a cultura da empresa inovando nos processos inclusivos e de bem-estar dos colaboradores.

E sua empresa, já se atualizou para a nova versão?

A escuta como capacidade organizacional - espero que isso não seja surpresa para você

por Tássia Batista

Em nenhum momento no Brasil esteve tão em voga as temáticas ambientais e sociais incidindo com a mesma força na governança. São tempos de ESG e esta convocação já está sendo inegociável para muitas corporações, em que as decisões estão sendo pautadas “no amor, na dor ou na inteligência”.

Partindo do pressuposto que ESG é um processo, você já se perguntou quais seriam as capacidades imprescindíveis para as empresas nesta jornada? Algumas. Uma delas, é a tão falada escuta. A questão é, esta tal de escuta realmente é possível?

Fazendo um paralelo com a condição humana, em circunstâncias biológicas esperadas nascemos escutando. Acontece que esta afirmação engendra uma interrogação: quando paramos de escutar? Moura e Giannella (2016) esclarecem que quando bebês a escuta é feita com o corpo todo e, segundo as autoras, esta performance é perdida no processo de socialização. Logo, a perda da escuta ocorre quando ela é mais necessária, durante a comunicação entre os indivíduos sociais.

Já a escuta como uma capacidade organizacional deveria ser proporcional à maturidade empresarial, porém, por vezes, acontece de forma oposta. Muitas corporações nascem com uma grande capacidade de absorver as informações que estão ao seu redor e as perdem ao longo do tempo.

As atuais tendências do mercado exigem um arrojado modelo de arquitetura institucional, que perpassa temas complexos e transversais, desde a gestão de conflitos à excelência no relacionamento com *stakeholders*. Fato é que a atenção ao escutar, apesar de não aparecer de forma tão latente dentro das diversas culturas organizacionais, pode ser tão ou mais estratégica quanto uma boa diretriz econômica.

Então, por que ainda tão pouco considerada ou efetivamente praticada em ambientes corporativos? A latência do pensamento rígido das organizações como um sistema fechado responde em partes a invisibilidade e ou ausência da escuta nestes contextos. Contudo, as raízes deste distanciamento são mais profundas do que a tendência das empresas às práticas gerenciais pragmáticas. Nesse sentido, em uma reflexão partindo da analogia voltada ao comportamento das organizações no Brasil, Baldissera e Sólito (2006) destacam a gênese desta resistência fotografando um país que ainda tem gestores que correspondem ao perfil de “capitão do negócio” e trabalhadores habituados à mordança.

Paradoxalmente, há uma enorme parcela de gestores que afirmará de forma categórica que possui sim uma escuta ativa e eficaz. Porém, alguns equívocos podem estar sustentados na diferença entre ouvir e de fato escutar. Ouvir é um fenômeno biológico, carregado de especificidades físicas e condições ambientais. Já o escutar está atrelado ao domínio da linguagem na relação com o outro, consigo e com o ambiente, parte da interpretação diante do processamento da informação.

Scavi (2003) sugere alguns indicativos de uma escuta qualificada, denominando de “sete regras da arte de escutar”, a saber:

i) Não se apresse em tirar conclusões. As conclusões são as partes mais efêmeras;

ii) O que você vê depende da perspectiva em que você se encontra. Para ser capaz de ver outra perspectiva, você precisa mudar sua perspectiva;

iii) Se quiser entender o que outra pessoa está dizendo, você deve presumir que ela está certa e pedir-lhe que o ajude a entender como e porquê;

iv) As emoções são ferramentas cognitivas fundamentais, se você souber entender sua linguagem. Eles não dizem o que você vê, mas como você vê;

v) Uma pessoa que escuta é uma exploradora de mundos possíveis. Os sinais mais importantes para ela são aqueles que se apresentam à consciência como ao mesmo tempo insignificantes e incômodos, marginais e irritantes porque são inconsistentes com suas próprias certezas;

vi) Uma pessoa que escuta aceita de boa vontade os paradoxos do pensamento e da comunicação. Lida com oportunidades de praticar em um campo pelo qual é apaixonado: a gestão criativa dos conflitos;

vii) Para se tornar um especialista na arte de escutar, você deve adotar uma metodologia humorística. Mas quando você aprende, o humor surge por si só.

Assim, em tempos de ESG, a escuta é uma capacidade chave no apoio às corporações no estabelecimento dos fatores materiais nas temáticas ambientais, sociais e de governança, trazendo sinergia entre os desafios e as soluções. Espero que isso não seja surpresa para você.

Você está ligado?

por Luana Romero

Ao sustentarmos o pífio índice de que somente 50,8% do esgoto gerado está sendo tratado no Brasil, todos os dias 5,3 mil piscinas olímpicas de dejetos sem tratamento são descartados nos corpos hídricos, seja no oceano, rios ou lagoas.

Embora as consequências negativas no meio ambiente, na sociedade e na economia sejam maciçamente apontadas, a melhoria destes indicadores também requer uma maior conscientização da população, participação do poder público e adesão aos sistemas implantados.

Existem, atualmente, 100 milhões de brasileiros que ainda anseiam aderir ao menos a um sistema de coleta de esgoto, porém há uma parcela de cidadãos que tem a rede a sua disposição e não fazem uso deste serviço.

O desafio de levar o tratamento de esgoto adequado para 90% dos brasileiros até 2033, conforme as metas estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento, possui dois grandes gargalos. Por um lado, as concessionárias precisam lidar com a necessidade de altos investimentos em infraestrutura sanitária, o difícil acesso a fontes de financiamento, as complexas regulações, incertezas e inseguranças do setor. Por outro lado, é necessário que exista uma

compreensão do papel essencial que cada cidadão possui frente a esta difícil equação, visto a ausência da cultura do saneamento que vivemos há tantas décadas.

Nosso dever civil vai além de acompanharmos, cobrarmos e exigirmos das agências regulatórias e das concessionárias a expansão da rede, o tratamento e, por fim, a prestação de um serviço adequado. Também é nosso dever aderirmos ao sistema a partir da sua disponibilização.

Embora pareça absurdo, existem imóveis que possuem uma rede de esgotamento sanitário disponível e operando, mas que não estão interligados a ela. Importante frisar que além das legislações estaduais, há um dispositivo legal à nível federal que rege o tema, em que a lei 11.445/07 em seu artigo 45 afirma que

As edificações permanentes urbanas serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços.

Assim, após implantar a rede coletora de esgoto e o ponto de interligação dos imóveis, os municípios são informados da obrigatoriedade de realizar a “ligação intradomiciliar”, providenciando assim a conexão de sua rede interna das edificações até o ponto de interligação com o sistema.

Deve-se lembrar também que nos casos em que há o sistema de fossa séptica ou sumidouro, esses deverão ser devidamente desativados, sendo também de responsabilidade do cliente a implantação de sistema de caixas de gordura, que além de oferecer uma enorme praticidade para evitar entupimentos na rede interna das unidades e no próprio sistema de esgotamento sanitário, é uma estrutura exigida por lei, visto que evita a contaminação da água e do solo.

Outra questão central nesta temática refere-se ao retorno do investimento realizado na implantação do sistema, visto que

o pagamento pelos serviços é realizado a partir da adesão e uso pelos clientes.

Logo, embora o investimento para a implantação das estações de tratamento, elevatórias, rede coletoras e pontos de interligação seja realizado, ele precisa das adesões e do pagamento das tarifas para ser quitado.

Dentre os principais argumentos utilizados para a não adesão aos serviços disponibilizados, está a desinformação sobre o sistema e seus benefícios, a falta de conhecimento de como proceder, ausência de recursos financeiros para efetivar a ligação e pagar por um novo serviço, e, por fim, a impunidade diante da não adesão.

Embora o dever da fiscalização pelos efluentes lançados *in natura* ou de forma incorreta seja de responsabilidade dos municípios, em geral, estes são informados pelas prestadoras de serviço para que seja promovida uma nova inspeção nos locais e sejam os munícipes comunicados para a devida adequação dentro de um prazo legal estabelecido. Porém, a maioria esmagadora dos administradores municipais informam não dispor de efetivo adequado para realizar as fiscalizações que culminariam na efetivação das penalidades, como multas, que são cabíveis.

Assim, grande parte dos responsáveis pela não interligação às redes de esgoto disponível, de fato, acabam ficando impunes diante deste crime ambiental, que é o lançamento incorreto dos efluentes.

Vale ainda lembrar que as agências reguladoras criam mecanismos e regras para atender às parcelas mais carentes da nossa população, estabelecendo tarifas mais baratas e até a gratuidade nos serviços prestados para estes.

Logo, as companhias de saneamento ao longo dos anos vêm intensificando suas ações voltadas para a conscientização e a criação da cultura do saneamento, além de promover ações de apoio técnico, educativo e de sensibilização para ampliar as

adesões. Ainda assim, é preciso reforçar o nosso dever de consumir este serviço e protagonizar esta cultura de benefícios económicos, ambientais e sociais.

E você, está ligado?



Parte III

TENDÊNCIAS

Padrões que contribuem para o deslocamento das populações

por Luana Romero

A implantação de novos empreendimentos e a modernização de infraestruturas são essenciais para o desenvolvimento econômico de uma nação, porém em sua grande maioria geram impactos sobre as comunidades e podem resultar na necessidade de deslocamento de populações, seja de forma voluntária ou involuntária.

Compreendendo a sensibilidade do tema, a adoção de padrões (*Standard*) internacionalmente reconhecidos pode minimizar o risco sobre as populações mais vulneráveis. Além de carregar um enorme conhecimento técnico, os *standards* adotados pelos bancos de desenvolvimento e agências de cooperação internacional permitem a compreensão e adequação de acordo com a realidade local, sendo flexível às inúmeras realidades que são identificadas.

O IDEIAS tem como um de seus principais focos de atuação os processos de deslocamentos, voluntário ou involuntário, com o objetivo de minimizar os impactos de famílias diretamente afetadas por grandes empreendimentos, em especial aquelas em maiores situações de vulnerabilidade. Atuando junto aos setores

público e privado na elaboração, execução e monitoramento de alternativas para a aquisição de áreas, remoção, reassentamento e desapropriação.

Tratando-se de uma gestão de risco socioambiental do empreendimento, inicialmente é preciso estar alinhado com a legislação nacional vigente, mas também com o respeito a cultura e ao contexto do país anfitrião, sendo ainda analisada a dimensão, complexidade dos impactos do projeto e, não menos importante, a relação custo-benefício associada à cada ação, medida e compensação.

Desta forma, sugere-se, como exemplo, o cumprimento dos requisitos estabelecidos nos Princípios do Equador e padrões de desempenho de instituições financeiras ligadas ao grupo do Banco Mundial, que estabelecem as melhores práticas internacionais.

Uma etapa inicial importante para os processos de deslocamento refere-se à elaboração de Diretrizes e Marcos (*Framework*) para instituições que necessitam estar aderentes às normas e políticas de sustentabilidade socioambiental ocasionado por empréstimos obtidos junto a agentes financeiros em geral e, em especial, os bancos internacionais de desenvolvimento.

Como exemplo, pode-se citar a adesão às boas práticas emergentes do setor privado que são periodicamente atualizadas pela Corporação Financeira Internacional (IFC) e que refletem as lições e experiências na implementação, merecendo destaque que a IFC é membro do Grupo Banco Mundial e a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento.

Projetos de aquisição de terra que estão alinhados com estas práticas e que adotem critérios sólidos tendem a performar na mitigação de riscos com desempenho acima do nível esperado, reduzindo o impacto sobre as populações afetadas, especialmente àquela mais vulneráveis, e ainda alcançando bons indicadores reputacionais.

Há ainda uma tendência de que estas corporações adotem soluções sustentáveis à longo prazo, com o estabelecimento de normas operacionais de uma forma geral, definindo diretrizes e procedimentos a serem adotados para novos projetos e expansões futuras.

Por fim, diante dos inúmeros desafios, as alternativas e ações a serem adotadas precisam ser customizadas e apenas diante da experiência, vivência e adoção de métodos adequados, estas alternativas são encontradas e construídas junto às empresas, órgãos financiadores e, principalmente, a sociedade. Desafios complexos são superados com soluções tão complexas quanto, porém baseadas em experiências, padrões e aplicabilidades sólidos.

O Impacto social nas concessões

por Tereza Romero

O anúncio recente de que a concessionária da BR 101 desistiu da rodovia no Espírito Santo causou surpresa e questionamentos. Passados 27 anos que a Lei Geral de Concessões de Serviços Públicos (Lei nº 8.987/95) e a Lei de Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.079/95) foram aprovadas, muitos avanços na melhoria da prestação de serviços e investimentos em infraestrutura foram presenciados no território nacional, ainda que aquém do nível desejado de atração de capital que a nação necessita para alcançar os níveis de desenvolvimento almejados. Mas o que pode dar errado?

Ao tratarmos os desafios impostos no ambiente salutar das concessões e das parcerias público-privadas, alguns estão no topo da lista, tais como: licenciamento ambiental, desapropriação e desocupação de áreas, insegurança jurídica, complexidade para obtenção de financiamento e cenários econômicos imprevisíveis que sugerem a necessidade de reequilíbrio contratual.

Ademais, não se pode perder de vista todas as adversidades impostas pelo impacto cotidiano junto às comunidades, empreendimentos, e até das pessoas, que nem sempre terão para si o benefício direto daquela nova estrutura.

Populações que ocupam áreas de forma irregular e que vivem realidades socialmente complexas devem ser mapeadas como intervenientes socialmente impactados, compreendendo as suas vulnerabilidades, oportunidades de melhoria da qualidade de vida e restauração dos seus meios de subsistência.

Porém, invariavelmente os riscos das concessões são mapeados apenas nas esferas ambiental, financeira e jurídica, sendo secundarizada a complexa relação, que se faz necessária com os diversos intervenientes, em especial àqueles socialmente fragilizados, que necessitam do acolhimento e apoio nas informações necessárias para que os resultados gerados nesta relação sejam revertidos em benefícios, na promoção e alavancagem social.

O conhecimento da realidade local, o respeito ao histórico de luta, reivindicações e um diálogo pautado na cultura da população diretamente afetada permite traçar estratégias específicas, que certamente serão fundamentais para os processos e normas de atendimento a este público.

Uma escuta ativa deve fornecer dados suficientes e ser estabelecida tão previamente para que esses tenham formas de opinar e modificar itens que sejam essenciais ao estabelecimento desta relação.

Cada vez mais, não apenas as instituições de desenvolvimento internacionais, como os fundos de investimentos têm mapeado o risco da obtenção da licença social como critério fundamental na cessão e consolidação de aporte financeiro, orientando as empresas por meio de um conjunto de diretrizes operacionais a traçarem estratégias que resultem, não apenas na restauração das condições de vida da população impactada, mas também no incentivo de ir além e promover a sua melhoria.

Uma diligência inicial deve ser cada vez mais ampla e especializada, de modo que se possa compreender os impactos sociais adversos que são esperados na fase de implantação e operação das concessões, possibilitando assim, que o estado e o empreendedor

aprimorem a matriz de risco e oportunidade e possibilitem, que as complexas relações com os principais *stakeholders*, viabilizem um ambiente saudável, pacífico e sustentável capaz de ressignificar os impactos e estabelecer uma licença social duradoura.

Deu zebra nas startups

por Giovanna de Medeiros Salotto

Em 2013, a investidora-anjo e fundadora da *Cowboy Ventures* - Aileen Le, revolucionou o mundo das *startups* ao introduzir em um evento de empreendedorismo em Seattle (EUA) o termo “unicórnio” para definir empresas avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão antes de abrir seu capital em bolsas de valores, ou seja, antes de realizar o *IPO* (*Initial Public Offering*). Raras como seres mitológicos, apenas 39 empresas no mundo eram chamadas de unicórnios, correspondendo a apenas 0,07% dos negócios apoiados por capital de risco.

Em 2022, a realidade é bem diferente. De acordo com dados publicados pela *Crunchbase*, cerca de 1.300 empresas fazem parte da lista (não tão singela) de empresas consideradas unicórnios. O termo precisou também evoluir para acompanhar o crescimento das empresas e atribuir exclusividade. Para isso, foram criados os *decaórnios* e os *hectocórnios*, empresas que possuem valor de mercado acima de US\$ 10 e 100 bilhões, respectivamente. Além da falta de exclusividade, as empresas denominadas unicórnios enfrentam um novo desafio: a cobrança por lucro. Os investidores que buscavam propostas disruptivas e que miravam no valor futuro das empresas, hoje se mostram mais exigentes e questionadores quanto aos resultados de mercado e lucro a curto

prazo. Dentre os unicórnios abalados, estão as gigantes Netflix, UBER e a brasileiríssima NuBank, que nunca apresentaram lucro consistente, embora tivessem valor de mercado na casa das dezenas e até mesmo centenas de bilhões de dólares.

Os investidores estão buscando afinal, mais do que uma simples aposta. Diante disso, novas denominações inspiradas no reino animal foram criadas para representar outros modelos de gestão, que não sejam necessariamente o crescimento a qualquer custo dos unicórnios. O portal de notícias Sifted divulgou uma lista com 12 denominações representadas por animais e suas características mais marcantes, como camelos, ursos, gazelas e outros. Porém, um deles vêm ganhando espaço entre as *startups*: as zebras. Em uma matéria publicada pela Forbes em junho de 2022, denominada “Pare de procurar unicórnios - seja uma Zebra”, ao contrário dos unicórnios, as zebras são enxutas, adaptáveis, aceleram organicamente, resolvem problemas reais e atendem às necessidades do mercado, mostrando-se consistentes e sustentáveis. Em outras palavras, as “zebras consertam o que os unicórnios quebram”, lema do movimento “Zebras United” criado em 2017 pelas empreendedoras e CEOs Mara Zepeda, Aniyia Williams, Astrid Scholz e Jennifer Brandel. Conforme descrição de Zepeda, uma zebra é “uma cooperativa internacional que está criando capital, cultura e comunidade para a próxima economia”.

A sustentabilidade apresentada pelas zebras transpassa os limites econômicos e abrangem também os socioambientais. Em matéria publicada pela Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital - ABVCAP, André Hotta, COO da Darwin *Startups*, descreve as zebras como empresas que entendem que “não é preciso sacrificar o bem-estar social na corrida pelo crescimento, e tentam equilibrar o lucro e o retorno positivo à sociedade, sem sacrificar um pelo outro”. As zebras atendem aos princípios de ESG (ambiental, social e de governança) sem se esquecer do aspecto econômico, tendo como base a economia solidária, onde os negócios buscam o mutualismo, cooperação e prosperidade compartilhada.

No Brasil, o exemplo de uma Zebra bem-sucedida é a GamePlan, única *GameTech* certificada no Brasil para atender o mercado global de jogos. A vencedora do último desafio Nível que aconteceu no Rio 2C, maior evento de criatividade da América Latina, espera crescer cerca de 1000% em faturamento em 2022 após já ter crescido 700% em 2021, contando atualmente com cerca de 185 clientes em todo o mundo. Seu fundador, André Faure, destaca sua preferência por um crescimento sustentável e sólido, optando pela segurança mesmo que seja necessário dar passos menores. Além disso, a empresa apoia a diversidade e tem 50% do quadro de funcionários composto por pessoas LGBTQIA+, com vagas que dão preferência a mulheres, negros, trans, entre outras.

Outro exemplo de zebra que tem em suas listras o verde de uma *GreenTech* é a Gooxxy, outrora denominada XPrajá. Criada em 2017 com a missão de recolocar produtos no mercado, sejam eles com o vencimento aproximado, remanufaturados ou descontinuados. O principal objetivo é promover um consumo consciente que gera oportunidades sustentáveis para toda a cadeia: consumidores, indústrias e o varejo. Mais de 30 empresas se tornaram clientes da Gooxxy, dentre elas a P&G, Danone, Unilever, Nestlé, Coca-Cola e outras gigantes. Gigantes também são seus números e cifras: mais de 60 milhões de *skus* (*Stock Keeping Unit*) consumidos e R\$ 300 milhões recolocados.

Na selva de bichos e *startups*, nem sempre os que correm sozinhos vencem as maiores batalhas. Muitas vezes, aqueles que se preocupam com o bando, constroem estratégias de sobrevivência, aperfeiçoam a resiliência e melhor convivem com o meio em que vivem são os que permanecem e se multiplicam. E nesta batalha das *startups*, esperamos que tenhamos mais Zebras, afinal.

Fontes e referências

LEE, Aileen. Bem-vindo ao Unicorn Club: aprendendo com startups de bilhões de dólares. *TechCrunch*. Disponível em: <https://techcrunch.com>

com/2013/11/02/welcome-to-the-unicorn-club/

THE CRUNCHBASE UNICORN BOARD. *Crunchbase*. Disponível em: <https://news.crunchbase.com/unicorn-company-list/>

STOP LOOKING FOR UNICORNS—BE A ZEBRA INSTEAD. *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/forbesbusinesscouncil/2022/06/03/stop-looking-for-unicorns---be-a-zebra-instead/?sh=1cef461273e3>

SILVA, Beto. Você acredita em unicórnio? *Isto É Dinheiro*. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/voce-acredita-em-unicornio/>

MARQUES, Victor. O desespero dos unicórnios: falta de lucro, quedas na Bolsa e demissões. *Business Times*. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/o-desespero-dos-unicornios-falta-de-lucro-quedas-na-bolsa-e-demissoes/>

MOTA, Camila Veras. De Uber a Nubank: as empresas que valem bilhões, mas nunca registraram lucro. *BBBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49858418>

MOTA, Camila Veras. Como Nubank se tornou banco mais valioso da América Latina sem dar lucro. *BBBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59602754>

PALMER, Maija. Is your startup a bear, a pig or a scarab? *Sifted*. Disponível em: <https://sifted.eu/articles/startup-zoology/>

PASTORE, Camila. Zebras consertam o que os unicórnios quebram. *O Globo*. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/12/zebras-consertam-o-que-os-unicornios-quebram.html>

HOW 'ZEBRAS FIX WHAT UNICORNS BREAK' CREATED A GLOBAL MOVEMENT. *Apple Podcasts Preview*. Disponível em: <https://podcasts.apple.com/us/podcast/how-zebras-fix-what-unicorns-break-created-a-global/id1574591609?i=1000564668783>

ZEBRA STARTUPS: THE NEW COMPANY GETTING NOTICED BY INVESTORS. *Storm4*. Disponível em: <https://storm4.com/storm4-voice/greentech-news/green-zebra-startups-noticed-investors/>

ALÉM DO UNICÓRNIO: CONHEÇA O DIVERSO ZOOLÓGICO DAS STARTUPS. *ABVCAP*. Disponível em: <https://www.abvcap.com.br/sala-de-imprensa/noticias-imprensa.aspx?id=4838>

COM CRESCIMENTO DE 700% NA PANDEMIA, GAMEPLAN CONSOLIDA-SE COMO UMA DAS MAIORES GAMETECHS DO

PAÍS. *Sebrae*. Disponível em: <https://ce.agenciasebrae.com.br/inovacao/com-crescimento-de-700-na-pandemia-gameplan-consolida-se-como-uma-das-maiores-gametechs-do-pais/>

RIVEIRA, Carolina. Como esta startup evita que toneladas de produtos novos sejam descartados. *Exame*. Disponível em: <https://exame.com/pme/como-esta-startup-evita-que-toneladas-de-produtos-novos-sejam-descartados/>

GOOXXY. Disponível em: <https://gooxy.com/index.php/sobrenos/>

MATVEEVA, Sophia. Zebras And Camels: New Alternatives To Silicon Valley's Unicorn Obsession. *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/sophiamatveeva/2020/02/25/zebras-and-camels-new-alternatives-to-silicon-valleys-unicorn-obsession/?sh=38ee65554301>

BLANCO, Rodrigo. A partir de agora, foco nas startups “zebras” e não nos “unicórnios”. *Fintechs Brasil*. Disponível em: <https://fintechsbrasil.com.br/2020/11/10/a-partir-de-agora-foco-nas-startups-zebras-e-nao-nos-unicornios-rodrico-blanco/amp/>

Certificados de energia renovável: uma contribuição para o Pacto Global

por Vitor Romero

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pactuados em nível global no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, miram superar os desafios do desenvolvimento sustentável por meio de 17 objetivos ambiciosos e interconectados, sendo estes construídos sobre as bases dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio lançados no ano 2000. Em paralelo, as empresas foram chamadas para alinharem as suas estratégias operações a estes objetivos, nascendo assim a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, o Pacto Global.

Merece destaque que o uso da energia é a força motriz para o desenvolvimento tecnológico, o crescimento industrial e a melhoria no padrão de vida de toda a população, além de ser um catalizador dos processos que causaram alterações determinantes nos processos produtivos e na estrutura social da nossa sociedade moderna. Assim, o processo de transição energética, que almeja a substituição de uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis (como carvão, petróleo e gás) para uma outra baseada em fontes renováveis, está diretamente relacionado, não apenas ao

ODS 7 que almeja “garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos” mas possui uma ampla conexão com quase todos os outros ODS. Afinal, não se trata apenas da simples diversificação da matriz. A transição energética também diz respeito à reflexão e à análise sobre os efeitos que o atual modelo de geração e consumo de energia trazem para o meio ambiente e para a sociedade.

Neste contexto é necessário trazer à tona duas tendências intimamente relacionadas entre si e inerentes ao processo de transição energética: a eletrificação e a descarbonização. A eletrificação desponta como a principal ferramenta para reduzir as emissões de CO², e a geração de eletricidade a partir de uma matriz cada vez mais renovável é a chave para a descarbonização.

A grande questão é como garantir que a energia elétrica recebida pela rede elétrica é oriunda de fonte limpa e renovável, uma vez que o provedor/concessionária não diz nada sobre sua origem ou como foi gerada? A resposta são os Certificados de Energia Renovável (RECs), que desempenham um papel importante na contabilidade, rastreamento e atribuição de propriedade à geração e uso de eletricidade renovável.

Os Certificados de Energia Renovável são o direito de propriedade sobre os atributos ambientais, sociais e outros não energéticos oriundos da geração de eletricidade renovável. Eles são emitidos quando um megawatt-hora (MWh) de eletricidade é gerado e entregue à rede elétrica a partir de um recurso de energia renovável. Neste contexto, a certificação atende a pelo menos 4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

ODS 7 – Energia Limpa e Acessível

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

Por fim, vale destacar que os RECs somente são acessíveis às empresas, apoiando-as no alcance dos seus objetivos por meio

da garantia de acesso à fontes de energia mais limpas na rede nacional. Sem dúvida, uma importante contribuição às lideranças corporativas comprometidas e inovadoras, que de forma voluntária fazem parte do Pacto Global e que assumem a responsabilidade de contribuir com o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É “Hard” ser “Soft”

por Iara Marcelino dos Santos

Atualmente, o termo “*soft skills*” vem ganhando visibilidade e influenciando profissionais a buscarem adequações aos novos desafios do mercado e, principalmente, alcançarem a satisfação e admiração dos seus liderados.

Traduzindo este termo para o português, as “habilidades interpessoais” são aquelas que estão fortemente ligadas à inteligência emocional e a capacidade de se ter uma comunicação assertiva e empática.

E por que isso é importante para o mercado de trabalho?

Para as organizações, a qualidade e quantidade da entrega dos resultados está intimamente ligada a motivação dos colaboradores. Ao proporcionar um ambiente harmonioso e favorável à colaboração, as empresas investem na melhoria de performance de seus times.

Além do mais, um líder com pensamentos criativos consegue administrar os desafios diários com maior leveza e assertividade, entre tantos outros benefícios que o time absorve. Somado a isso, em tempos de inovação tecnológica, é fundamental cultivar habilidades que as máquinas e aplicativos não exercem.

Mas para ser um bom líder é necessário conhecimento teórico e prático, correto? Sim, correto! Estas habilidades são chamadas de “*hard skills*”. Elas se referem as aptidões técnicas que um profissional possui, como exemplo a capacidade de manusear uma máquina ou um conhecimento técnico a respeito de uma determinada área de atuação.

Todavia, espera-se que uma pessoa numa posição de liderança, atualmente, tenha mais do que apenas “*hard skills*” e por isso as habilidades interpessoais são tão importantes quanto.

Em uma matéria publicada pela BPC, em agosto de 2022, denominada “O que são *soft skills*”, uma análise de mais de 80 milhões de anúncios de emprego em 22 setores do mercado, conduzida pela ONG especializada em educação *America Succeeds*, em 2021, concluiu que quase dois terços dos cargos listavam *soft skills* entre as qualificações exigidas. E, entre os anúncios de emprego, das 10 habilidades mais exigidas, 7 eram *soft skills*, incluindo comunicação, solução de problemas e planejamento. A matéria informou ainda que o mesmo relatório demonstrou que certos tipos de cargos priorizam ainda mais *soft skills*, sendo que estas habilidades foram as qualificações mais desejadas para 91% dos cargos de gerência, 86% dos cargos de operações comerciais e 81% dos empregos no setor de engenharia, o que pode ser surpreendente, já que este é um campo considerado extremamente técnico. Isso reafirma o quanto as *soft skills* vêm ganhando força e se tornando altamente necessárias.

Entre as habilidades de carreira publicadas pela Forbes, em agosto de 2022, na matéria “10 habilidades de carreira mais importantes na próxima década”, estão a inteligência emocional, a criatividade e a flexibilidade, aptidões que não são possíveis desenvolver a partir de treinamentos técnicos.

Segundo a matéria da BPC, esta ênfase maior em *soft skills* pode desencorajar alguns profissionais, especialmente aqueles que não são bons comunicadores naturais, nem “líderes natos”. Mas destaca que estas são habilidades que podem ser aprendidas, mesmo por pessoas que talvez precisem se dedicar um pouco mais.

As organizações podem auxiliar estes profissionais que desejam desenvolver as “*soft skills*” com a disponibilização constante de *feedbacks*, com a promoção de integrações fora do ambiente de trabalho e com o reforço verbal recorrente das habilidades de cada um. Assim o colaborador se sentirá mais inspirado e motivado a desenvolver suas habilidades sociais e emocionais. Além disso, as empresas podem trazer profissionais bem-sucedidos para compartilhar suas experiências, promovendo momentos de interações e aprendizados mútuos.

E aí, pronto para desenvolver, reforçar e potencializar suas “*soft skills*”?

Fontes e referências

MORGAN, Kate. O que são 'soft skills', habilidades comportamentais cada vez mais buscadas por empregadores. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-62496935>

DICAS DE JEFF BEZOS, BILL GATES E LUIZA TRAJANO PARA SER UM BOM LÍDER. Exame. Disponível em: https://exame.com/carreira/dicas-de-jeff-bezos-bill-gates-e-luiza-trajano-para-ser-um-bom-lider_red-01/

MARR, Bernard. 10 habilidades de carreira mais importantes na próxima década. Forbes. Disponível em: <https://forbes.com.br/carreira/2022/08/10-habilidades-de-carreira-mais-importantes-na-proxima-decada/>

NASCIMENTO, Juliana Vilhena. Qual será o perfil das novas lideranças na próxima década?. Portal B9. Disponível em: <https://www.b9.com.br/133236/qual-sera-o-perfil-das-novas-liderancas-nos-anos-2020/>

DALPRA, Patrícia. Os líderes do futuro. O Futuro das Coisas. Disponível em: <https://ofuturodascoisas.com/os-lideres-do-futuro/>

4 HABILIDADES PARA O SUCESSO DAS NOVAS LIDERANÇAS. RHportal. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/habilidades-para-novas-liderancas/>

SOFT SKILLS: O QUE É E POR QUE É PRECISO DESENVOLVÊ-LAS? *Portal Anhanguera*. Disponível em: https://blog.anhanguera.com/soft-skills/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=AEDU-Prese ncial::L3::Display::Performance-Max::Cursos-LTV::Roas&gclid=CjwKCAjw1ICZBhAzEiwAFfvFhKW9OXmgBkL74TVnimHwWA5UBbexPafhgxu1GxflTCHgpDI2ruIBZhoCVhIQAvD_BwE&gclid=aw.ds

COSTA, Dedila. Soft skills: o que são, 10 principais exemplos e como desenvolver. *Gupy Blog*. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/soft-skills>

Inovação e criatividade no ambiente empresarial

por Danielle Henriques

Estamos na era digital. Em meio à constantes transformações, em um caminho de descoberta e desenvolvimento de novas formas de gerir, produzir, relacionar e certamente, fazer novos negócios, surge uma forte tendência para valorização do conhecimento. A evolução da comunicação e da tecnologia, filhas da era digital, incentivam a capacidade criativa e pensante do indivíduo, como fatores imprescindíveis para o sucesso.

No contexto empresarial, os profissionais com potencial para inovação, com habilidade para oferecer não só soluções engenhosas para questões existentes, mas também se antecipar a problemas futuros, são cada vez mais procurados por empresas que buscam novas estratégias para manter posição de competitividade, ou até mesmo garantir sua existência no mercado.

Mas, como uma empresa pode atuar com criatividade e inovação?

Para as organizações que almejam gerar inovação e se posicionar estrategicamente a partir disso, cabe o primeiro passo de desenvolver uma cultura organizacional de inovação, pois é

a cultura que garante um elo estável entre as várias frentes de trabalho. É a essência da empresa, que norteia a forma como seus colaboradores atuam e interagem entre si, com os *stakeholders* e com os desafios.

Neste processo de transformação há um caminho conflituoso em desenvolver e incorporar novas formas de trabalhar, ao mesmo tempo que se busca evoluir com o negócio, mas há uma luz no fim do túnel: é possível priorizar e obter mudanças significativas.

Para Javier Martím, do grupo Techedge, autor do artigo '*A criatividade a serviço da transformação digital*', o processo criativo não é um mecanismo que se sustenta por si mesmo ao longo do tempo, mas deve ser iniciado e incentivado pelas organizações. Isso é feito entendendo o próprio processo criativo e fazendo pequenos, mas proveitosos ajustes no ambiente de trabalho.

Assim, na inovação de processo e gestão, por exemplo, os 'ajustes' podem ser iniciados com dicas bem simples, porém transformadoras:

i) Inspiração: desde a construção da governança, líderes devem ser exemplos e fomentar a mentalidade criativa. Além disso, praticar o ouvir e entender os colaboradores, considerando que nenhuma ideia é ruim e que toda opinião deve ser respeitada;

ii) Incentivo: mesmo que erros ocorram, os colaboradores devem estar suficientemente motivados e equipados para propor novas ideias ou melhorar as já existentes, além de encorajados a apresentá-las mesmo que de forma simples. Por vezes, é o primeiro passo de uma grande solução;

iii) Experimentação: no âmbito estratégico, cabe rever as premissas. Tomar decisões com base em testes e validações de hipóteses, ao invés de intuição e projeções de longo prazo sem saber exatamente como sua solução se comportará na prática. No desenvolvimento das soluções não se deve ter medo de errar, a energia deve estar focada para agir rapidamente perante as mudanças das necessidades da empresa e do mercado;

iv) Flexibilização: espaços e formas de trabalho organizados adequados a rotina dos colaboradores, como exemplo, o sistema híbrido de trabalho que mescla o presencial com o *home office*; formação de equipes diversificadas, entendendo não apenas gênero, mas formação, geração, raça e outros; reavaliação dos processos, envolvendo colaboradores, e estimulando o olhar investigativo, a inquietação, o questionamento e o pensar propositivo.

É fato que a cultura de inovação deve acontecer primeiro, para que haja, neste ambiente, elementos que possam absorver não somente os profissionais, mas também as inovações geradas internamente por estes. Afinal promover inovações dentro de uma empresa que não está preparada para absorvê-las, gera o risco de não se alcançar expectativas de mudanças e não atingir seu verdadeiro potencial de impacto.

O processo criativo, ao contrário do que se estabeleceu, não é obtido após um treinamento, ele é construído ao longo da trajetória. Por isso, deve ser estimulado constantemente em todos os aspectos. Às empresas cabe o papel de investir em estratégias que tornem o ambiente propício para a criatividade, no qual profissionais permanecerão engajados e confiantes para escolherem inovadoras formas de solucionar problemas e alcançar os objetivos do negócio.

A Copa de um mundo diferente

por Máisa Porto

A Copa do Mundo será diferente. Para início de conversa ela será em novembro, fato inédito para quem há 21 edições aguarda o meio do ano para torcer por sua seleção. As condições climáticas da região do Catar pesaram na consciente decisão. O Oriente Médio tampouco é referência em termos de paixão por futebol ou até mesmo da presença de grandes expoentes. Somente estas informações já seriam suficientes para sabermos que a Copa de 2022 vai ser diferente.

Desde 2018 a FIFA (Federação Internacional de Futebol) incorporou compromissos de direitos humanos em seus estatutos anunciando que quem quer que seja a sede da Copa do Mundo da FIFA deve formalmente assumir compromissos de conduzir suas atividades com base em princípios sustentáveis de gerenciamento de eventos e respeitar os padrões internacionais de direitos humanos e trabalho, de acordo com os Princípios Orientadores das Nações Unidas.

O compromisso com a agenda de Direitos Humanos foi reconhecido por relatores das Nações Unidas que definiram como “muito positiva” o posicionamento da Federação, porém reafirmam que não devem ser tratados de forma pontual e sim acompanhados

por medidas de prevenção, identificação e combate a quaisquer ataques contra ativistas de direitos humanos.

A escolha do Catar como sede do evento é cercada por diversas polêmicas, e uma delas está relacionada a denúncias de más condições de trabalho dos imigrantes. Para se ter uma ideia os imigrantes representam mais de 2 milhões da população de 2,8 milhões do Catar, um dos poucos países no mundo em que a população estrangeira é maior do que a nativa. Em uma fala míope o presidente da FIFA, Gianni Infantino, afirmou que os imigrantes receberam “dignidade e orgulho” ao trabalhar no Catar.

Cabe aqui destacar que o país é membro do Conselho de Cooperação do Golfo e adota o sistema kafala (que significa “sistema de patrocínio”) utilizado para monitorar os trabalhadores imigrantes, principalmente nos setores da construção e doméstico nos estados membros do Conselho. O sistema exige que todos os trabalhadores não qualificados tenham um patrocinador no país, geralmente o seu empregador, que é responsável pelo seu visto e estatuto legal. A prática tem sido criticada por organizações de direitos humanos por oportunizar a exploração dos trabalhadores, uma vez que muitos empregadores confiscam os passaportes e os submetem a condições desfavoráveis e sujeitas a inúmeros riscos.

Segundo Minky Worden, diretora da Global Initiatives:

Dignidade e orgulho no trabalho se concretizam através de remuneração justa, condições de vida e de trabalho seguras e respeito aos contratos. No entanto, para muitos trabalhadores imigrantes no Catar, a realidade tem sido o pagamento de taxas de recrutamento exorbitantes que podem levar anos para serem quitadas, meses de salários atrasados ou não pagos por trabalhos que realizaram, locais de trabalho inseguros e acomodação inadequada que levaram ao registro de 6.000 mortes inexplicadas, à perda de entes queridos e de meios de subsistência para suas famílias.¹

1 WORDEN, Minky. Não há “Dignidade e Orgulho” no Abuso de Trabalhadores da Copa do Mundo. *Human Rights Watch*. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/04/no-dignity-and-pride-world-cup-labor-abuses>.

Como falar em trabalho digno? Como ignorar um sistema que deteriora condições humanas e de trabalho?

Sediar uma Copa do Mundo nunca foi somente sobre futebol e entretenimento, é também sobre desenvolvimento em infraestrutura, mobilidade urbana, turismo e geração de empregos. No mundo em que mais de um terço de todos os ativos estão sob a ótica ESG (em português ambiental, social e governança), os direitos humanos estão no cerne do “S”.

É necessário reconhecer que as instituições, estão sim, avançando quando verbalizam compromissos e possuem ações que visem minimizar e remediar os impactos. A mesma FIFA implantou em 2018 um canal em seu site que permite a jornalistas e defensores dos direitos humanos fazerem denúncias, caso haja restrições ao trabalho e violações em países em que a entidade abriga seus torneios.

Mas, ainda há muito o que ser feito e a comunidade internacional está atenta a situação no Catar. Uma coalisão formada pela Anistia Internacional, *Human Rights Watch* e mais oito ONG’s tem exercido o papel de solicitar que a FIFA doe para o torneio de 2022 US\$ 440 milhões como um fundo de compensação para centenas de milhares de trabalhadores imigrantes que teriam sofrido abusos durante a preparação para o torneio. O grupo ainda pleiteia que a Federação “estabeleça um programa abrangente para garantir que todos os abusos trabalhistas para os quais a FIFA contribuiu sejam remediados”.

A cena do futebol não é mais sobre 22 jogadores e uma bola. Este ecossistema é muito maior que a emoção de ser a melhor seleção do mundo. É diferente! É sobre termos a oportunidade de sermos melhores em tudo.

A força do agronegócio brasileiro

por Marcos Moulin Teixeira

Atualmente está em grande evidência o movimento ESG que significa, pensar na sustentabilidade dos negócios considerando os aspectos: social, ambiental e de governança. E os conceitos da agenda ESG vêm ganhando cada vez mais espaço em importantes setores da economia global e não muito diferente nos setores da economia do Brasil.

O Agronegócio é um destes setores com destaque na economia brasileira e o desafio é como incorporar as práticas ESG nas rotinas do campo. Algumas práticas podem ser adotadas, por exemplo, no social: a criação de empregos e oportunidades de trabalho mais inclusivas e flexíveis, assegurando o cumprimento das leis trabalhistas e respeito aos direitos humanos; a responsabilização de grandes empreendedores com a gestão sustentável de toda cadeia de valor. Esta abordagem de controle, comunicação eficiente e impulsionamento de boas práticas na cadeia de valor, vêm ganhando notoriedade e importância cada vez maior.

No aspecto ambiental, é fundamental a adoção e uso de conceitos de agrícolas de preservação, conservação, reutilização e proteção dos recursos naturais, solo, água e biodiversidade. É

imprescindível o cumprimento às normas e regulamentos quando na utilização de defensivos agrícolas, fertilizantes, máquinas, equipamentos e, especialmente, o destino de subprodutos e resíduos incorporando-os ao processo produtivo.

Em governança, que é a base de todas as iniciativas, destacam-se os conceitos de transparência e ética. É por meio deste aspecto que se determinam padrões e políticas que serão adotados na empresa. Quanto mais transparente e forte forem seus valores, normas e procedimentos, mais forte também será a cultura pelo desenvolvimento sustentável do seu negócio.

O agronegócio no Brasil é um setor que se fortalece a cada dia. Atualmente, é um dos setores mais rentáveis para investir. Deixamos de ser importadores e nos transformamos em proeminentes exportadores de *commodities* agrícolas. As tecnologias aplicadas ao campo fizeram a produtividade alcançar marcos impressionantes.

O Estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no final da década de 1950, apontava que a agricultura brasileira era rudimentar e pouco mecanizada. Apenas 2% das propriedades contavam com máquinas agrícolas. O cultivo em solos tropicais, como o cerrado, era desconhecido. A cultura da soja era apenas curiosidade e a produção pecuária tinha as menores produtividades do mundo.

As estratégias de investimento em pesquisa e as políticas públicas de crédito rural para o setor resultaram no contínuo recorde das safras de grãos. A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil na safra 1981/82 foi de 50,8 milhões de toneladas. Quatro décadas depois, a produção brasileira de grãos está estimada em 271,2 milhões de toneladas na safra 2021/22, segundo a CONAB.

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea - Esalq/ USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), calcularam que o PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio em 2021 alcançou a

participação de 27,4%, no PIB total. “Esses números consideram conjuntamente as evoluções de volume e preços reais praticados no setor e englobam todo o agronegócio com sua gama imensa de oportunidades nos segmentos agrícola e pecuário, de insumos, agroindústria, agrosserviços, entre outros”.

Ainda de acordo com o Cepea/USP, de janeiro a março de 2022, a população ocupada no agronegócio brasileiro aumentou 6,2% e chegou a 18,74 milhões de pessoas. É um incremento de mais de um milhão de trabalhadores em relação ao mesmo período de 2021. O grupo empregado no agro chega quase a 20% do total do Valor Bruto da Produção (VBP), que pode ser traduzido como o faturamento “da porteira pra dentro”, alcançando R\$ 1,10 trilhão em 2020 e R\$ 1,20 trilhão em 2021.

A estimativa, elaborada em dezembro último pela CNA, prevê mais um crescimento de 4,2% para 2022. Tais cifras polpudas ajudam a fazer do Brasil uma potência no comércio exterior e expressiva participação do mercado de trabalho no país.

Além das empresas e institutos (públicos e privados), de pesquisas, assistência técnica e extensão rural serem capazes de desenvolver e difundir tecnologias avançadas, está a capacidade do investidor, com o seu trabalho obter sucesso, por meio da apropriação das informações tecnológicas e de gestão existentes. O investidor tem que estar sempre inovando porque “nada há de permanente exceto a mudança”. Mas, o investimento tem que ser responsável incorporando as boas práticas ESG para ser sustentável.

Assim como Albert Einstein, podemos dizer que “O único lugar que sucesso vem antes de trabalho é no dicionário”.

Cadeia, sem valor

por Giovanna de Medeiros Salotto

Diante de um cliente cada vez mais atento e exigente, adotar boas práticas na gestão da cadeia de fornecedores é, além de tudo, uma questão de posicionamento e sobrevivência da marca dentro de um mercado cada dia mais competitivo.

Em pesquisa publicada pelo veículo de informação Valor Econômico, o consumidor leva em consideração causas sociais e ambientais na hora de escolher uma marca e rejeitam empresas associadas a escândalos ou acusações de ferirem seus valores e causas que apoiam, mesmo que estes escândalos estejam associados aos fornecedores e não aos funcionários diretos da empresa, de forma que evidencia a preocupação dos consumidores com o que as empresas apoiam e financiam. Da mesma forma, os investidores têm buscado empresas que praticam o chamado “lucro consciente”, prática adotada por empresas que reafirmam seus compromissos com as boas práticas relacionadas a pauta ESG (meio ambiente, social e governança). É o que afirma a publicação da revista Exame, ao destacar que os investidores buscam empresas que atendam a estes critérios, “uma vez que empresas responsáveis correm menos riscos de ter sua reputação abalada”.

Os índices referentes ao desempenho das empresas que adotam as boas práticas de governança corporativa demonstram

ser consistentemente positivos. No entanto, o contrário desta prática demonstra um risco maior para o desempenho financeiro das empresas. Este é o caso da Zara, rede de lojas espanhola que têm sofrido nos últimos anos com escândalos associados ao racismo, transfobia, além do trabalho análogo à escravidão, tendo sido responsabilizada por esta prática pela 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

A prática foi denunciada em 2011 na cadeia produtiva da marca de roupas pertencente ao grupo Inditex, o qual a Zara faz parte. Em matéria publicada pelo veículo de comunicação Extra, “a empresa se justificou afirmando que não monitorava seus fornecedores. Apesar disso, toda a empresa no topo da cadeia é responsável pela violação de direitos trabalhistas dos terceirizados ou subcontratados”.¹ Em matéria publicada em 2011 pelo portal de Economia do G1, a empresa enfrentou forte desvalorização de suas ações, que ultrapassou os 4% negativos com o surgimento dos escândalos associados à marca, tendo inclusive sido relatado por um operador de mercado na Espanha que “a maioria são investidores estrangeiros que estão vendendo as ações hoje, e como a dimensão do uso de oficinas (clandestinas) no Brasil ainda é pouco conhecida, o assunto está particularmente atingindo a ação em um dia fraco como hoje”.²

Outra gigante afetada por escândalos em sua reputação foi a Nike. Em matéria publicada pela Istoé Dinheiro, a Nike tem sido apontada em escândalos envolvendo trabalho escravo e assédio moral nos últimos anos. O escândalo envolvendo assédio moral com funcionárias da marca tiveram suas proporções ainda maiores diante da demora da companhia no reconhecimento do mau passo e das medidas tomadas para evitar que se repetissem. “Em uma

1 CARDOSO, Letícia. Racismo, transfobia e trabalho escravo: lembre vezes em que a Zara ganhou a mídia. *Extra*. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/racismo-transfobia-trabalho-escravo-relembre-vezes-em-que-zara-ganhou-midia-25245732.html>

2 AÇÃO DA INDITEX, DONA DA ZARA, CAI APÓS DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO - NOTÍCIAS EM MERCADOS. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2011/08/acao-da-inditex-dona-da-zara-cai-apos-denuncias-de-trabalho-escravo.html>

sociedade conectada, um deslize como esse pode ser catastrófico para a Nike, afirma Eduardo Tomiya, CEO da Kantar Consulting para a América Latina”.

Em matéria publicada pela Exame, a Nike carrega a fama de uma marca socialmente duvidosa desde 1996, quando a revista *Life* publicou uma foto em que um menino paquistanês de 12 anos costurava bolas de futebol da marca. O escândalo de 1996 e mais notícias sendo divulgadas referentes ao trabalho escravo associado à marca culminaram com a decisão de fechar a fábrica em Bangladesh e com isso as margens de lucro da companhia caíram de 46,4% para 43,6%.

Em um mercado tão globalizado, questões associadas a uma má reputação se expandem e ganham notoriedade de forma praticamente instantânea. Devido a isso, cada vez mais as empresas têm buscado adotar o “gerenciamento de reputação” como ferramenta para evitar escândalos e com isso a desvalorização de sua marca. Em matéria publicada pela Forbes, o gerenciamento da reputação de uma empresa é feito por quem mais importa: seu próprio cliente. Quanto mais clientes opinam sobre um produto ou serviço, mais fácil fica identificar as oportunidades de melhorias, muitas vezes associadas ao comportamento de funcionários ou mesmo atitudes associadas à marca. Em pesquisa publicada pela Valor Investe, 81% dos entrevistados disseram que deixariam de contratar serviços ou comprar produtos de marcas que usam trabalho escravo ou infantil. Nove em cada 10 pessoas afirmam que acham útil ter informações sobre exploração de mão de obra na hora de decidir o que comprar.

Esses dados demonstram que o consumidor está cada vez mais engajado em valorizar e apoiar marcas que estejam de acordo com seus valores sociais e morais e a evidenciar sua desaprovação às marcas contrárias a estes valores, utilizando a internet e redes sociais ao se manifestarem a favor ou contra as marcas.

Em se tratando da gestão da cadeia de valor das empresas, a reputação e desvalorização da marca é apenas uma consequência

de um problema ainda maior: a responsabilidade solidária das empresas nas searas trabalhista, civil e até mesmo penal. No que compete a legislação trabalhista, como se observa pelo texto do parágrafo segundo do art. 2º da CLT, “sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego”.³

Um exemplo da responsabilização solidária trabalhista se deu em 2019, quando o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas e a montadora automotiva Ford celebraram uma conciliação judicial no valor de aproximadamente R\$ 10 milhões, encerrando uma ação civil pública que tramitava no Judiciário desde 2011. Em matéria publicada pelo MPT de Campinas, foi destacado que “na conciliação, a Ford assumiu uma série de obrigações relacionadas à terceirização, tema que foi objeto da ação civil pública. A empresa deve fiscalizar as suas prestadoras de serviços no que diz respeito ao cumprimento das leis trabalhista e previdenciária, bem como as normas de saúde e segurança do trabalho; contratar apenas pessoas jurídicas que possuam idoneidade econômica, para que não se aproveite da benesse de forma ilegal ou com prejuízo aos cofres públicos e à Seguridade Social”.⁴

As empresas têm, cada dia mais, compreendido que o preço da omissão na gestão responsável de seus fornecedores pode até mesmo implicar na inversão do conceito que “cadeia de valor” significa, acarretando até mesmo em uma marca associada ao estigma de “cadeia, sem valor”.

3 BRASIL. SENADO FEDERAL. *Consolidação das leis trabalhistas e normas correlatas*. Brasília: Coordenação de edições técnicas, 2017, p. 18.

4 MPT CAMPINAS. Acordo de R\$ 10 milhões entre MPT e Ford destinará recursos a entidades beneficentes. *MPT*. Disponível em: <https://www.prt15.mpt.mp.br/informe-se/mpt-campinas-na-midia/2-uncategorised/964-acordo-de-r-10-milhoes-entre-mpt-e-ford-destinara-recursos-a-entidades-beneficentes>

Fontes e referências

JONES, LIN [et. al.]. Global Value Chain Analysis: Concepts and Approaches. *Journal of International Commerce and Economics*, 2019. Disponível em: https://www.usitc.gov/publications/332/journals/concepts_approaches_in_gvc_research_final_april_18.pdf

VOLDERE, Isabelle de [et. al.]. *Mapping the Creative Value Chains: a study on the economy of culture in the digital age*. Bruxelas: União Europeia, 2017. <https://eusea.info/wp-content/uploads/2019/06/Mapping-the-value-chain.pdf>

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. *Gestão de Fornecedores*. Disponível em: https://fnq.org.br/comunidade/wp-content/uploads/2018/12/n_31_gestao_de_fornecedores.pdf

BERTÃO, Naiara. Consumidor leva em consideração causas sociais e ambientais na hora de escolher uma marca [ESG]. *Valor Econômico*. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/esg/noticia/2022/05/19/consumidor-leva-em-consideracao-causas-sociais-e-ambientais-na-hora-de-escolher-uma-marca.ghtml>

FONSECA, Adriana. Lucro consciente: a aposta para proteger a reputação e conquistar clientes. *Exame*. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/lucro-consciente/>

AÇÃO DA INDITEX, DONA DA ZARA, CAI APÓS DENÚNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO - NOTÍCIAS EM MERCADOS. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2011/08/acao-da-inditex-dona-da-zara-cai-apos-denuncias-de-trabalho-escravo.html>

CARDOSO, Letícia. Racismo, transfobia e trabalho escravo: relembre vezes em que a Zara ganhou a mídia. *Extra*. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/racismo-transfobia-trabalho-escravo-relembre-vezes-em-que-zara-ganhou-midia-25245732.html>

VERONESI, Luiza Belloni. Zara é responsabilizada por trabalho escravo e pode entrar na 'lista suja'. *Infomoney*. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/zara-e-responsabilizada-por-trabalho-escravo-e-pode-entrar-em-lista-suja-da-justica/>

CILO, Hugo. A Nike se enrosca novamente; agora, por assédio moral. *ISTOÉ DINHEIRO*. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-enrosco-da-nike/>

CARVALHO, Julia. Como a Nike está lutando contra o uso de mão de obra escrava. *Exame*. Disponível em: <https://exame.com/negocios/como-a-nike-esta-lutando-contr-o-uso-de-mao-de-obra-escrava/>

MALA, Ornis. An Introduction To Reputation And Review Management. *Forbes*. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/>

[forbesbusinesscouncil/2022/07/15/an-introduction-to-reputation-and-review-management/?sh=44a3139324e4](https://forbesbusinesscouncil.com/2022/07/15/an-introduction-to-reputation-and-review-management/?sh=44a3139324e4)

FILGUEIRAS, Isabel. 81% dizem que não comprariam itens fruto de trabalho escravo, diz pesquisa. *Valor Investe*. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/gastar-bem/noticia/2019/08/23/81percent-dizem-que-nao-comprariam-itens-fruto-de-trabalho-escravo-diz-pesquisa.ghtml>

MPT CAMPINAS. Acordo de R\$ 10 milhões entre MPT e Ford destinará recursos a entidades beneficentes. *MPT*. Disponível em: <https://www.prt15.mpt.mp.br/informe-se/mpt-campinas-na-midia/2-uncategorised/964-acordo-de-r-10-milhoes-entre-mpt-e-ford-destinara-recursos-a-entidades-beneficentes>

BRASIL. SENADO FEDERAL. *Consolidação das leis trabalhistas e normas correlatas*. Brasília: Coordenação de edições técnicas, 2017.

PortuEnglish? Temos!

por Iara Marcelino dos Santos

Aqueles que entendem, importam-se e praticam uma comunicação assertiva no seu dia a dia, conseguem se destacar pela sua capacidade em transmitir informações com clareza. E para tal, buscam se enquadrar aos diferentes públicos que interagem, personalizando cada relação, seja ela pessoal ou profissional. O locutor, para ser considerado assertivo, deve possuir uma comunicação eficaz, objetiva e adequada ao receptor.

Em uma matéria publicada pela PUCRS, em julho de 2021, denominada “*Comunicação assertiva: entenda a importância*”, a comunicação assertiva é considerada uma das principais competências de um profissional de sucesso, fornecendo vários benefícios que podem ser úteis tanto no trabalho quanto em outras áreas da vida.

No meio corporativo, é cada vez mais comum a utilização de palavras estrangeiras, como *call*, *deadline*, *budget*, *brainstorming*, *stakeholders* e *feedback*. Esta lista cresce cada dia mais, devido a várias razões, entre elas a globalização e o multiculturalismo, exigindo que os profissionais se atualizem constantemente, principalmente aqueles que não dominam línguas estrangeiras.

É só fazer uma breve pesquisa no LinkedIn, maior rede social profissional da atualidade, que encontrará muitas críticas referentes a adoção destas palavras no âmbito profissional. Artigos, *posts*, comentários... muitos reafirmando a necessidade da utilização de palavras nativas para um ambiente mais inclusivo, acolhedor e que permita a comunicação assertiva entre os colaboradores e com os seus clientes.

Segundo o artigo “*O mercado quer saber: do you speak english?*”, publicado pelo site Correio, em maio de 2021, uma pesquisa realizada pela *British Council* apurou que apenas 5% dos brasileiros falam inglês e somente 1% da população possui fluência na língua. E isso mostra o quanto o estrangeirismo pode ser desafiador para muitas pessoas.

Este fenômeno social, denominado estrangeirismo, acontece em todo o mundo e consiste no empréstimo de palavras e termos de outro idioma, auxiliando as atividades discursivas e enriquecendo a comunicação, muitas vezes expressando em uma única palavra, conceitos que em português teriam que usar duas, três ou mais palavras para definir com maior precisão, como é o caso do *drive-in*, que significa “qualquer estabelecimento onde cada freguês entra e é servido dentro do próprio automóvel”.

Palavras como *delivery*, *tablet*, *personal trainer*, *mouse*, *download*, *show*, *bacon* e tantas outras, tornaram-se muito comum em nosso dia a dia e, de modo geral, grande parte dos brasileiros sabem o que significam e como escrevê-las.

O artigo “*Obem e o mal do estrangeirismo*”, da *Super Interessante*, publicado em março de 2022, traz uma reflexão interessante: “Se eu disser para minha mãe, de 76 anos, que me atrasei para visitá-la porque fiquei preso num *call* com o *C-level* da empresa para decidir sobre *performances* e *jobs*, ela não vai entender nada. Mas se eu explicar que demorei porque passei no *shopping center* para comprar um *tablet* para minha filha mais velha, a senhorinha vai entender na hora”.

Compreender o público que está interagindo é fundamental para o sucesso de uma comunicação assertiva e, o estrangeirismo,

pode auxiliar em alguns casos, enriquecendo o diálogo, e ser dispensável em outros, quando se busca uma certa leveza na conversa, utilizando palavras mais simples. O importante é fazer o uso destes empréstimos linguísticos no nosso dia a dia com bom senso, ponderando sempre quando, onde e com quem eles se fazem realmente necessários ou não.

Fontes e referências

COMUNICAÇÃO ASSERTIVA: ENTENDA A IMPORTÂNCIA. *PUCRS Online*. Disponível em: <https://online.pucrs.br/blog/public/comunicacao-assertiva-entenda-a-importancia>

VASCONCELOS, Carmen. O mercado quer saber: do you speak english? *Correio 24 horas*. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-mercado-quer-saber-do-you-speak-english/>

ESTRANGEIRISMOS. *LinkedIn*. Disponível em: <https://www.linkedin.com/search/results/all/?keywords=estrangeirismo&origin=HISTORY&sid=OfI>

CARVALHO, Alexandre. O bem e o mal do estrangeirismo. *Super Interessante*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/o-bem-e-o-mal-do-estrangeirismo/>

Sobre os Autores



Danielle Henriques

Comunicóloga e publicitária, especialista em comunicação empresarial, com MBA em Gestão de Negócios em Marketing. Atua há 16 anos com comunicação interna e institucional, assessoria de imprensa, relacionamento com comunidades, responsabilidade social e marketing, obtendo uma visão integrada e holística destes

diferentes setores, nos segmentos de mineração, varejo, logística, indústria química, construção civil e habitação. Consultora em projetos de reassentamento e plano de restauração de meios de subsistência. CEO na DH Comunicação e Responsabilidade Social.

Giovanna de Medeiros Salotto

Gerente de projetos no Ideias. Graduada em engenharia de petróleo e pós-graduada em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFES, atuou por cerca de 10 anos na indústria O&G e desde 2020, atua em projetos com foco socioambiental, buscando a mitigação e/ou compensação dos impactos adversos ocasionados por grandes empreendimentos.





Iara Marcelino dos Santos

Coordenadora de comunicação social no Ideias. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio, possui pouco mais de dez anos de experiência profissional investindo nas habilidades de liderança, gestão e planejamento junto as equipes sociais e multidisciplinares nos diversos projetos de atuação. A área de comunicação social e mobilização comunitária surge em diversos momentos da sua carreira. O engajamento de partes interessadas também foi sendo investido durante estes anos de atuação, em que teve a oportunidade de atuar e gerenciar os mais variados tipos de *stakeholders*.

Maísa Porto

Diretora de Gente e Gestão no Ideias. Administradora, MBA em Gerenciamento de Projetos e Gestão de Pessoas pela FGV. Atuou em diversos projetos para ressignificar impactos socioambientais adversos de grandes empreendimentos, incluindo programas de mobilidade, saneamento, telecomunicações, energia, infraestrutura e plantas industriais, além de siderúrgicas, celulose, termoelétrica, linha de transmissão, gasoduto entre outros. Vem coordenando projetos de consultoria para empreendimentos que tem financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a International Finance Corporation (IFC), instituições que fazem parte do Grupo do Banco Mundial.





Luana Romero

Diretora Executiva no Ideias. Administradora, MBA em Gerenciamento de Projetos e Project Management Professional (PMP) pelo Project Management Institute (PMI). Atuou em diversos projetos para ressignificar impactos socioambientais adversos de grandes empreendimentos,

incluindo programas de mobilidade, saneamento, infraestrutura e plantas industriais, além de siderúrgicas, celulose, termoelétrica, linha de transmissão, gasoduto entre outros. Vem coordenando projetos de consultoria para empreendimentos que tem financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a International Finance Corporation (IFC), instituições que fazem parte do Grupo do Banco Mundial.

Vitor Romero

Economista, com MBA em Gestão Empresarial e em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e Executivo de Negócios Internacionais pela Universidade da Califórnia, Irvine/USA. Atua no setor de energia há mais de 17 anos no Brasil. Founder de startup de tecnologia limpa chamada CleanClic, cuja missão é fornecer fontes alternativas de energia a partir de fontes de energia limpas e renováveis no Brasil. Coordenador Estadual da ABSOLAR no Estado do Espírito Santo. Diretor no Ideias.





Tereza Romero

Fundadora do Ideias e exerce a função de Diretora Presidente e de Relações Institucionais. É arquiteta e urbanística de formação e atuou em diversos projetos para ressignificar impactos socioambientais adversos de grandes empreendimentos, incluindo programas de mobilidade, saneamento, infraestrutura e plantas industriais, além de siderúrgicas, celulose, termoelétrica, linha de transmissão, gasoduto entre outros. Vem atuando com projetos para empreendimentos que tem financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a International Finance Corporation (IFC), instituições que fazem parte do Grupo do Banco Mundial. Além disso exerce atuação junto ao Terceiro Setor na promoção da jornada ESG junto as empresas e na promoção de alinhamento das suas atuações nas ODS.

Janaína Rodrigues

Coordenadora de projetos no Ideias. Graduada em Engenharia Ambiental e Tecnologia em Saneamento Ambiental, possui mais de 15 anos de experiência na área, destacando-se a atuação em projetos socioambientais com ênfase na gestão de resíduos, saneamento ambiental, eficiência energética e mobilização comunitária.



Tassia Batista

Gerente de Projetos do Ideias. Profissional de Relações Públicas com atuação nas áreas de relações institucionais, responsabilidade social e comunicação. Experiência em gestão social e relacionamento institucional, com destaque para: planejamento, implementação e monitoramento de ações de responsabilidade social; gestão de relacionamento e canais de comunicação com partes interessadas; habilidade com gestão e mediação de conflito. Mestre em administração com expertise em escuta organizacional e competência em gestão ESG e sustentabilidade corporativa.



Gabriela Barbosa

Gerente Financeira e de Gente e Gestão. Graduada em Administração e Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos.



Ayslan Magayver Dantas de Jesus

Administrador pós-graduado em gestão socioambiental e saúde.

Marcos Moulin Teixeira

Engenheiro Agrônomo, especialista em cafeicultura sustentável e consultor do Ideias.





Conheça mais sobre o Grupo Ideias.
Acesse nosso site e entenda mais sobre nossas atividades!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond e Afterglow.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.

 (27) 3376-0363

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @espacomilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond e Afterglow.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



MILFONTES

ideias



www.editoramilfontes.com.br

ISBN: 978-65-5389-035-0



9 786553 890350